

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**André Wagner da Silva**

**A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE**  
**EM NOVO HAMBURGO**

**Porto Alegre**

**2012**

André Wagner da Silva

**A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE  
EM NOVO HAMBURGO**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentada ao Curso de Especialização em  
Gestão Pública Municipal – modalidade a  
distância da Universidade Federal do Rio  
Grande do sul como requisito para a  
obtenção do título de especialista.

Orientador:

Professor.: FERNANDO DIAS LOPES

Professora: AURORA CARNEIRO ZEN

**Porto Alegre**

**2012**

André Wagner da Silva

**A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE  
EM NOVO HAMBURGO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de (\_\_\_\_\_) de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

---

Professor.:

---

Professor:

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS, sobre todas as coisas!

Aos tutores e professores que lutaram para através do sistema de ensino a distância para nos transmitir o conhecimento necessário para uma gestão pública condizente com as necessidades de nosso país.

Aos colaboradores do Programa Esporta e Lazer da Cidade de Novo Hamburgo por sua atenção, dedicação e prestatividade.

*O pior analfabeto é o analfabeto político.*

*Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos.*

*Ele não sabe que o custo de vida, os preços do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.*

*O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política.*

*Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaios dos exploradores do povo.*

*Bertolt Brecht*

## RESUMO

Nesse trabalho será analisada a execução do Programa Esporte e Lazer da Cidade na comunidade de Novo Hamburgo e o atendimento de seus objetivos, princípios e diretrizes. O referido programa oferece ações descentralizadas que ofertaram atividades de esporte, cultura, artes e lazer para jovens, adolescentes, adultos, idosos e portadores de deficiências de qualquer classe social, embora com ênfase em comunidades carentes. O objetivo direto é melhorar a qualidade de vida da comunidade por ele abrangida através da prática de esporte e lazer, reconhecido como direitos sociais e deveres do estado. O trabalho foi confeccionado tomando como base a pesquisa em relatórios e documentos do programa e bibliografia sobre o tema, além de visitas aos locais onde o programa apresenta algum vínculo.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Lazer, Esporte, Qualidade de Vida, Gestão Pública Municipal, Inclusão, Novo Hamburgo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
Objeto e o problema de pesquisa .....	08
Questão de Pesquisa .....	09
Objetivos .....	09
Objetivos Gerais .....	09
Objetivos Específicos .....	09
Justificativa .....	10
Pressupostos .....	11
Estrutura do Trabalho .....	11
Metodológicos Aplicada ao Projeto .....	11
<b>CAPITULO 2 PERSPECTIVAS SOBRE O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE .....</b>	<b>13</b>
2.1 Município de Novo Hamburgo .....	13
2.2 Evolução Histórica do Programa Esporte e Lazer da Cidade .....	19
2.3 Fundamentação Legal sobre o Tema .....	22
2.4 Organização do Programa Esporte e Lazer da Cidade .....	27
<b>CAPITULO 3 O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE EM NOVO HAMBURGO .....</b>	<b>35</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

Em 2003<sup>1</sup> o Governo Federal, através do Ministério dos Esportes, começou a desenvolver o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) que tem como principal objetivo a promoção de ações para a potencialização e pleno desenvolvimento humano através do esporte e do lazer melhorando a qualidade de vida de uma comunidade. Nesse programa é promovida a aproximação com a comunidade, não se restringindo unicamente ao público jovem, através da aplicação de atividades esportivas, lúdicas e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades locais. Por meio desse conjunto de táticas é possível reforçar o sentimento de desmarginalização de seu território e incentivar a convivência cidadã fazendo com que os membros desse programa se reconheçam como integrantes de uma comunidade.

Entretanto, essas ações, para possuírem um caráter duradouro, precisam conter em seu planejamento, objetivos de estruturação para qualificar a execução das políticas do programa. O Programa de Esporte e Lazer da Cidade visa construir uma relação independente, crítica, construtiva e contínua para que suas ações não se percam com o passar do tempo, mas sim para que prosperem e gerem resultados positivos.

Um exemplo da execução desse tipo de programa no estado do Rio Grande do Sul ocorre no município de Novo Hamburgo, onde desde 2008 encontramos uma proposta de experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Nesse trabalho pretende-se analisar e descrever o Programa Esporte e Lazer da Cidade e seus impactos como política pública em um município com o perfil de Novo Hamburgo avaliando se a experiência realizada nessa cidade cumpriu os objetivos, diretrizes e princípios do programa.

### **Objeto e o problema de pesquisa**

Embora o Brasil tenha experimentado um crescimento inegável em seu status internacional e em sua economia permanece com variada quantidade de problemas estruturais, de distribuição de renda e de qualidade de vida de sua população.

---

<sup>1</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União, Brasília, DF, 2003, Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2003/Volume1/V17%20-%20ME.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

Dentre principais dificuldades que persistem na sociedade brasileira podem ser destacados os reflexos das políticas públicas paliativas para saúde, segurança pública e desenvolvimento humano que tentam remediar as conseqüências do problema.

Essa abordagem das políticas públicas brasileiras é resquício do Estado Herdado brasileiro em que medidas maior visibilidade e que protelem os problemas para as gestões seguintes dominavam. Em contrapartida, o Estado Necessário se propõe a construir práticas de políticas públicas contínuas que incidam sobre a cultura e educação da população fomentando boas posturas e agindo antes que o problema surja e gere mais danos às custas da sociedade.

Como alternativa de política pública focada no ser humano e na qualidade de vida com proposta de metodologia preventiva e participativa para a construção democrática da solução de alguns dos problemas que afligem as comunidades abrangidas pela iniciativa se encontra o Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Um exemplo do emprego desse instrumento se encontra na cidade de Novo Hamburgo, onde diversas iniciativas convergiram para o modelo que está em execução atualmente gerando resultados a esta população.

### **Questão de Pesquisa**

A experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Novo Hamburgo cumpre os objetivos, diretrizes e princípios do programa base?

### **Objetivos**

#### **Objetivos Gerais**

Analisar a execução do Programa de Esporte e Lazer da Cidade na cidade de Novo Hamburgo e avaliar o cumprimento dos objetivos, diretrizes e princípios que cerceiam o programa.

#### **Objetivos Específicos**

- Identificar e descrever os aspectos sociais e históricos da cidade de Novo Hamburgo.

- Identificar e descrever os aspectos legais e formais para a implementação do programa em estudo.
- Apresentar a experiência do Programa de Esporte e Lazer da Cidade de Novo Hamburgo e a avaliação do cumprimento ou não dos objetivos, diretrizes e princípios.

### **Justificativa**

Apesar do crescimento econômico atual do Brasil, graves problemas sociais e culturais ainda estão presentes neste país. Dificuldades como a qualificação dos profissionais brasileiros, a marginalização e exclusão social que parcelas da população sofrem, a desigualdade na distribuição de renda, os crescentes índices de violência e a desqualificação e corrupção dos políticos (e gestores públicos) do país levam a busca de novas alternativas no campo da administração pública como solução.

A centralização de grande parte dos recursos na esfera federal aliada a instrumentos de transparência levou a uma profissionalização e padronização dos programas com captação de recursos públicos do governo federal.

Uma das grandes diferenças, para exemplificar, é o caráter de incentivo as políticas públicas de caráter preventivo e de inclusão social que atuam em médio e longo prazo do governo federal, que conflita com a visão tradicional brasileira de atuação direta sobre os efeitos dos problemas sociais em curto prazo e por isso encontram resistência e crítica em grande parte dos políticos do estado herdado.

A necessidade de modernizar a gestão pública e sua metodologia adaptando a novos conceitos voltados a participação popular, democratização da gestão, tecnologia em favor da transparência e investimento em soluções contínuas de médio e longo prazo.

Nesse contexto, o Programa de Esporte e Lazer da Cidade é um exemplo prático dessa nova mentalidade nas políticas públicas brasileiras. Assim como vários outros municípios, Novo Hamburgo investiu nesse programa com o objetivo de atender as carências nas áreas de esporte e lazer, com ênfase nas regiões que apresentam comunidades em situação de vulnerabilidade social e econômica, da população hamburguesa. Como objetivo de médio e longo prazo, a qualidade de vida acarretará que os índices de criminalidade e violência diminuam.

Tomando como referência a experiência desse programa em Novo Hamburgo será que se pode considerar uma solução eficiente no cumprimento aos objetivos a que se propõe?

## **Pressupostos**

Espera-se que seja possível através de um levantamento de dados de uma experiência concreta e positiva identificar que fatores influenciaram positivamente a implementação, execução, manutenção e conclusão de um programa como o Programa de Esporte e Lazer da Cidade.

Espera-se também identificar quais princípios, objetivos e diretrizes foram cumpridos e estão de acordo com a proposta do Ministério dos Esportes e quais não?

## **Estrutura do Trabalho**

Este trabalho será dividido em 3 capítulos:

Perspectivas do Programa do Esporte e Lazer da Cidade – Nesse capítulo são abordadas as características sócio econômicas da cidade campo de estudo, Novo Hamburgo, assim como os fundamentos legais relevantes ao tema, a evolução histórica do programa em estudo e sua proposta básica.

Experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Novo Hamburgo – Nesse capítulo é descrita experiência do Programa do Esporte e Lazer da Cidade na cidade de Novo Hamburgo. São avaliadas a sua execução, manutenção, vantagens e desvantagens, pontos positivos e negativos e seus efeitos detectados sobre as comunidades e cidadão participantes do programa e por fim o cumprimento ou não dos objetivos, diretrizes e princípios.

Conclusões – Aqui será apresentada a conclusão do trabalho procurando estabelecer a relação entre os dados coletados sobre o Programa do Esporte e Lazer da Cidade com base no modelo empregado em Novo Hamburgo e seus efeitos.

Ao final do trabalho, será listada e apresentada a bibliografia que compôs as referências teóricas utilizadas no projeto.

## **Metodológicos Aplicada ao Projeto**

Essa pesquisa consiste em um relatório de execução do Programa Esporte e Lazer da Cidade no município de Novo Hamburgo e se compõe de três etapas:

a) Levantamento bibliográfico que remete a pesquisa, mapeamento, identificação, análise e avaliação de produções bibliográficas pré-existentes de relevância sobre o tema

abordando os aspectos de qualidade de vida, esporte, lazer, gestão pública e políticas públicas de inclusão social.

b) Pesquisa documental na qual são mapeados, consultados, estudados e analisados documentos oficiais do Ministério dos Esportes e Prefeitura de Novo Hamburgo sobre o Programa Esporte e Lazer da Cidade como cartilhas, manuais, formulários, fotos, projetos básicos, relatórios de execução, apostilas pedagógicas, Planos Plurianuais (PPAs) do governo federal, dados do portal da transparência, estatísticas do IBGE e demais órgãos com indicadores sócio-econômicos oficiais e relatórios da ONU.

c) Pesquisa de campo na qual são realizadas observações participantes em cursos de formação, reuniões, oficinas, eventos e visitas a sede do Programa de Esporte e Lazer da Cidade em Novo Hamburgo e seus núcleos.

## **CAPITULO 2 PERSPECTIVAS SOBRE O PROGRAMA DO ESPORTE E LAZER DA CIDADE**

Para compreender se o Programa Esporte e Lazer da Cidade cumpriu seus objetivos, diretrizes e princípios é necessário entender em que contexto o mesmo transcorreu. Nesse capítulo serão descritas as peculiaridades históricas, geográficas e populacionais do município onde o programa foi executado além da evolução histórica do programa em estudo, sua base legal e descrição da organização formal do projeto base e a descrição de sua composição.

### **2.1 Município de Novo Hamburgo**

O Município de Novo Hamburgo está situado no Vale do Rio dos Sinos a quarenta quilômetros de Porto Alegre, capital do Estado, e faz parte da região Metropolitana de Porto Alegre. Essa cidade é de colonização predominantemente alemã e em menor número italiana, com tentativas de colonização anterior por açorianos sem resultado efetivo, tendo como núcleo inicial germinador Hamburguer-Berg, datada de 1824.<sup>2</sup>

A cidade, emancipada de São Leopoldo desde 5 de abril de 1927, cresceu como um ponto intermediário em direção a Porto Alegre e segundo o IBGE (2010) possuía no ano de 2010 uma população de 238.940 habitantes, uma área territorial de 223.822 km<sup>2</sup>, totalizando uma densidade demográfica de 1.067,54 habitantes por km<sup>2</sup>, e com um PIB per capita a preços correntes de R\$ 17.456,78.<sup>3</sup>

A indústria de Novo Hamburgo se destaca no setor coureiro-calçadista, de onde vem a alcunha de Capital Nacional do Calçado. As sucessivas crises internacionais, a desvalorização do euro e do dólar e a entrada no mercado brasileiro de calçados chineses afetaram duramente as exportações da produção industrial desse município o que se reflete em seu desenvolvimento e demografia.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO. Site da prefeitura. RS, Disponível em: <<http://www.novohamburgo.rs.gov.br/modules/catasg/novohamburgo.php?conteudo=70>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

<sup>3</sup> IBGE. Cidades@. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF, 2010, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=431340>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

<sup>4</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO. Site da prefeitura. RS, Disponível em: <<http://www.novohamburgo.rs.gov.br/modules/catasg/novohamburgo.php?conteudo=70>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

Nas últimas duas décadas essa cidade gaúcha passou por um crescimento populacional constante, entretanto, nos últimos quatro anos a população veio a diminuir consideravelmente. Pelos levantamentos do IBGE (2010), em 1991 a população da cidade era de 205.668 habitantes, já em 1996 era de 225.245, um crescimento de 9,51%. Em 2000 o município já contava com 236.193 habitantes, crescimento de 4,8%, e em 2007 com 253.067 de habitantes, um crescimento de 7,1%. Do levantamento anterior para os dados mais recentes percebe-se que a população veio a diminuir 6,5%.

No mesmo período a população do Rio Grande do Sul, IBGE (2010), em 1991 era de 9.138.670 habitantes e em 1996 já era de 9.568.523, crescimento de 4,7% em sua população. Em 2000 o estado gaúcho já contava com 10.187.798 habitantes, crescimento desde o senso anterior era de 6,47%. Em 2007 de 10.285.840 habitantes, um crescimento de 0,96%, e atualmente, segundo nosso último sendo de 2010, a população passou para o número de 10.693.929 habitantes o que é um crescimento de 3,9% da população.

Novamente por dados do IBGE (2010), se vê que enquanto isso no Brasil a população de 1991 era de 146.825.475 habitantes, em 1996 de 156.032.944 habitantes (crescimento de 6,2% em relação ao ano do levantamento anterior), em 2000 de 169.799.170 de habitantes (crescimento de 8,8% em relação ao ano do levantamento anterior) e em 2007 de 183.987.291 habitantes (crescimento de 8,3% em relação ao ano do levantamento anterior). Por fim, em nosso último senso alcançamos em 2010 o número de 190.755.799 habitantes, o que significa um crescimento de 3,8%.

Com esses dados, é possível vislumbrar que enquanto a população do Brasil sofreu um crescimento constante, mas com uma considerável desaceleração nos últimos 5 anos, no estado do Rio Grande do Sul o crescimento constante foi interrompido entre 2000 e 2007 com uma queda abrupta, chegando a uma taxa de crescimento populacional 6,5 vezes menor que no levantamento anterior, para nos últimos 5 anos recuperar o ritmo e superar a média nacional.

Novo Hamburgo por sua vez sofreu algumas oscilações em seu crescimento possuindo um índice mais inconstante, que por fim culminou com uma forte queda populacional a tal ponto que quase alcança todo o crescimento adquirido entre os anos de 2000 e 2007.

Não é possível traçar uma explicação com base científica para o porquê dessas diferenças com os dados disponíveis, cabendo uma análise socioeconômica mais profunda para detectar os motivos para esses números. Entretanto, os diversos programas sociais implementados no governo Lula e a quantidade de empregos gerados em construção civil e

outras áreas somada aos problemas no mercado coureiro-calçadista que o estado gaúcho enfrenta podem ser algumas hipóteses a serem levadas em consideração.

Em levantamentos históricos o estado do Rio Grande do Sul reconhecidamente vem perdendo espaço como demonstram estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada desenvolvidos em 2002:

O Vale dos Sinos (Rio Grande do Sul) e a região de Franca (São Paulo) são os principais pólos produtores, ambos com características de clusters. Essas duas regiões concentram 60,6% do total das unidades produtivas de calçados, de curtimento e de artefatos de couros do país (ver tabela 2) e 72% do emprego do setor. Embora tenha havido uma expressiva migração de unidades produtivas para o Nordeste do país a partir de 1990, essas novas áreas não ameaçaram, ao menos até agora, a liderança dos dois clusters tradicionais do Sul e do Sudeste. De todo modo, alguns Estados do Nordeste vêm ampliando consideravelmente sua participação, especialmente o Ceará que, apesar de contar com apenas 2,3% dos estabelecimentos do complexo (ver tabela 2), concentra 8,8% do emprego. Sua alta média de empregados por estabelecimento, se comparada à média de São Paulo e à do Rio Grande do Sul, resulta da predominância de indústria de calçados sintéticos. (NORONHA; TURCHI, 2002. Pag. 11)

O estudo prossegue complementando com dados estimativos do impacto na arrecadação e participação na economia nacional no segmento:

O Vale dos Sinos concentra 40% da produção nacional e 80% da exportação, composta predominantemente de calçados de couro. Em geral, suas indústrias têm baixo investimento em tecnologia e em canais de comercialização, pois responsabilizam-se apenas pela compra dos insumos e pela produção (montagem) dos calçados. Definição da marca, desenvolvimento do produto, distribuição, publicidade e definição de preços ficam a cargo do cliente. Com isso, estima-se que as empresas da região arrecadem apenas um terço do preço final do calçado. (NORONHA; TURCHI, 2002. Pag. 9)

A constante queda da economia coureiro e calçadista pode fazer com que a população migre para outras regiões em busca de melhores empregos, ou que simplesmente retornem para seus locais de origem. É um dado relevante se for levado em consideração o grande número de trabalhadores nesse segmento da economia, conforme o mesmo estudo faz levantamento:

De acordo com dados da RAIS, em 1997 havia 2.510 unidades de produção de couros e de calçados no Vale dos Sinos, as quais empregavam 122.320 trabalhadores, ao passo que, na região de Franca, um número maior de empresas (2.931 unidades) empregava um contingente consideravelmente menor: 50.014 empregados. (NORONHA; TURCHI, 2002. Pag. 8)

No que tange a urbanização, segundo o IBGE (2010), da população total de residentes de 238.940 habitantes, 98,3% são de domicílios urbanos e apenas 1,7% são de domicílios rurais. Além disso, cada domicílio residencial hamburguense conta com uma média de 2,96 pessoas. Se for considerado que um núcleo familiar é composto minimamente por 3 pessoas (um pai, uma mãe e um filho) conclui-se que com a média de domicílios por habitante chegamos a um coeficiente bastante elevado e com isso uma demanda por moradia bastante baixa.

Cabe ainda ressaltar que, ainda pelo mesmo estudo do IBGE (2010) dos 79.045 domicílios particulares permanentes urbanos 73,1% tem saneamento adequado, 26,9% semi-adequado e uma parcela insignificante (abaixo de 0,1%) possui saneamento inadequado, o que denota o grau de desenvolvimento urbano da cidade.

No que se refere à qualidade de vida e desenvolvimento humano pode-se dizer que a cidade de Novo Hamburgo começa a assimilar um perfil de cidade de primeiro mundo com uma base da pirâmide etária não tão ampla e com uma expectativa de vida maior. Em porcentagens, a população residente de 0 a 5 anos de idade é de 7,6%, de 6 a 14 anos de idade é de 13,8%, de 15 a 24 anos de idade é de 17,0%, de 25 a 39 anos de idade é de 23,7%, de 40 a 59 anos de idade é de 26,8% e de 60 anos de idade ou mais é de 11,1%, ainda por dados do IBGE (2010). Um percentual muito próximo do modelo para o qual o Rio Grande do Sul e o Brasil estão migrando.

Segundo levantamentos realizados pela Organização das Nações Unidas (2005), a média mundial de pessoas acima dos 60 anos estava no percentual de 11,7%, o que deixa a cidade de novo Hamburgo 0,6% abaixo da média. Segundo esta mesma pesquisa os países com maior percentual são respectivamente: Japão com 31,1%; Itália com 30,7%; Alemanha com 29,5%; Suécia com 28,7%; Portugal com 26,1%; França com 25,8%; Suíça com 26,3%; Grécia com 26,6%; Espanha com 25,5%. Nesta mesma escala o Brasil se encontra com o percentual de 10%.

Sem dúvida a elevação na expectativa de vida, embora seja uma vitória a se comemorar e um grande passo para um estado em desenvolvimento com caráter humanitário, também trás novas situações a serem resolvidas pelos gestores. As soluções em saúde, saneamento básico, novos tratamentos e tecnologias médicas não abrangem as conseqüências que o envelhecimento da população proporciona na esfera econômica, social, lazer e da seguridade com a incapacitação funcional de população não produtiva.

A alfabetização também possui um índice considerável alcançando 96,6% da população. Dentro das faixas etárias vemos que o índice de alfabetização poderia ser maior considerando que a porcentagem de analfabetos é proporcionalmente maior nas idades mais avançadas. Das pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever se encontram as seguintes taxas: 0,9% dos cidadãos hamburguenses de 15 a 24 anos não sabem ler; 1,6 % de 25 a 39 anos; 3,3 % de 40 a 59 anos; 11,1 % de 60 anos ou mais, segundo IBGE (2010).

A desigualdade na distribuição de renda é uma realidade nessa cidade, como em muitas outras do país. O rendimento médio mensal total nominal, baseado em dados do IBGE (2010), da população de cor branca é de R\$ 1.382,00 e da população amarela R\$ 1.311,00, enquanto que da população negra é de R\$ 895,00, da população de cor parda é de R\$ 882,00 e a da população indígena é de R\$ 860,00.

Cada um dos principais bairros atendidos pelo programa Esporte e Lazer da Cidade em Novo Hamburgo possui características próprias, descritas no seu último relatório de avaliação de execução. Os bairros são: Rio Branco, Rincão, Santo Afonso, Rondônia e Canudos.

O bairro Canudos é conhecido como o bairro mais violento e maior em extensão de Novo Hamburgo, com 14,1 km<sup>2</sup> de área. A região, que se situa ao leste do município, é totalmente urbanizada e conta com uma população de 59.000 habitantes em 13.000 residências, sendo considerado o bairro mais populoso. Aqui estão instaladas 400 indústrias, 970 estabelecimentos comerciais e 1.200 estabelecimentos prestadores de serviços. Em contra partida, aqui também se encontra um grande número de subhabitações. Ao todo são 19 vilas e áreas de ocupação irregular, e embora a região contenha pavimentação adequada, asfalto e sinalizadas, também enfrenta problemas com alagamentos. Esta região, pouco arborizadas, conta com 19 praças para uso público.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Relatório do Primeiro Trimestre de Execução Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág. 7.

No bairro Santo Afonso, composto por uma área de 8,6 km<sup>2</sup> situada ao sul do município, vivem aproximadamente 24.000 habitantes, em sua maioria de baixa renda, distribuídos em 4.300 residências. Nesta área estão instadas 130 indústrias, 240 estabelecimentos comerciais e 330 estabelecimentos de prestação de serviços. Também se encontram aqui 8 praças, um centro social e alguns ginásios. Embora o bairro esteja, em grande parte, devidamente urbanizado, a Defesa Civil constantemente precisa intervir devido às chuvas que alagam a região e colocam algumas comunidades em perigo, pois nesse local existem ocupações em áreas de preservação ambiental próximas a rios e banhados e, portanto, zonas de risco, como por exemplo a Vila Palmeira. Esse bairro enfrenta problemas com a falta de infraestrutura, segurança, drogadição e ausência de opções sadias de lazer.<sup>6</sup>

O bairro Rondônia está situado na região ao sul de Novo Hamburgo e é composto por um misto de moradias residenciais e indústrias, em sua maioria do segmento calçadista, em uma área de 2,79 km<sup>2</sup>, consideravelmente bem arborizado. Com uma população de 11.000 habitantes, 3.500 residências, 170 indústrias, 260 estabelecimentos comerciais e 490 estabelecimentos de prestação de serviços, esta área possui uma boa estrutura a disposição para o Programa do Esporte e Lazer da Cidade. Quanto às áreas de vulnerabilidade, se destacam o Morro Formiga e a Vila das Flores como alguns dos conglomerados de ocupações irregulares para fins de moradia, e nos quais são frequentes a violência e ilicitudes.<sup>7</sup>

Na região norte do município se encontra o bairro Rincão um local de colonização inicialmente portuguesa açoriana, e com poucos espaços públicos úteis ao programa. Nessa área de 1,6 km<sup>2</sup> se encontram 7.300 habitantes morando em 1.600 residências. Aqui também se encontram instaladas 115 indústrias, 220 estabelecimentos comerciais e 360 estabelecimentos de prestação de serviços.<sup>8</sup>

O bairro Rio Branco está situado no centro do município onde vivem 4.300 habitantes em 2.000 residências. Nesta região de 1,1 km<sup>2</sup> se encontram 5 praças, 1.000 estabelecimentos comerciais, 1.060 estabelecimentos de prestadores de serviços, e 150 indústrias. Nesse local se encontra a Sociedade Ginástica, espaço que merece destaque pela

---

<sup>6</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Relatório do Primeiro Trimestre de Execução Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág. 8.

<sup>7</sup> Ibid., p. 8.

<sup>8</sup> Ibid., p. 9.

estrutura de qualidade que disponibiliza. Nessa área se encontra uma população de melhor poder aquisitivo que os outros bairros descritos nos parágrafos anteriores.<sup>9</sup>

## 2.2 Evolução Histórica do Programa Esporte e Lazer da Cidade

O governo federal tem enfatizado o investido em políticas públicas para inclusão social e distribuição de renda, melhora na qualidade de vida e prevenção aos fatores que geram a criminalidade e violência. Dentre as propostas de ações que correspondem a essa finalidade é possível encontrar o Programa Esporte e Lazer da Cidade implantado durante a administração de Agnelo Queiroz no Ministério dos Esportes (de 1º de janeiro de 2003 até 31 de março de 2006), e posteriormente do ministro Orlando Silva (de 31 de março de 2006 até 31 de dezembro de 2010), que imporia reestruturações que levariam a versão atual do programa que é executada ainda hoje.

As origens desse programa encontram bases mais profundas em iniciativas anteriores como o Programa Esporte Solidário (PES) implantado estrategicamente no Plano Pluri Anual de 2000-2003.<sup>10</sup>

Esse programa visava somar forças para superar o desafio de crescer economicamente com inclusão social. O público alvo do PES era voltado a três segmentos distintos da população: jovens (de 7 a 17 anos), idosos (a partir de 60 anos) e portadores de deficiências. Para este público o programa visava:

Garantir a esse público-alvo o acesso à prática esportiva como meio de preservação e promoção da saúde, inclusão, favorecendo a participação política e social, preparação para a inserção no mundo do trabalho, prevenção à marginalidade e à violência, em especial aos jovens. (BRASIL, 2003, pág. 292)

O PES englobava quatro conjuntos de projetos diferentes (Projeto Esporte Especial, Projeto Vida Ativa na Terceira Idade, Projeto de Identidade Cultural e Criação Nacional, e

---

<sup>9</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Relatório do Primeiro Trimestre de Execução Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág. 10.

<sup>10</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União, Brasília, DF, 2003, Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2003/Volume1/V17%20-%20ME.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2012. p. 292.

Projeto Navegar) organizados para executar ações voltadas a: capacitação de recursos humanos em esporte, promoção de eventos esportivos de identidade cultural e criação nacional, funcionamento de núcleos de esporte em comunidades carentes, modernização de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes, implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes, e implantação de infra-estrutura esportiva em assentamentos rurais.<sup>11</sup>

Em 2003 o referido programa sofreu uma reformulação com o intuito de organizar de forma eficiente a aplicação dos recursos empregados e otimizar os programas em execução até o momento. Com isso, as ações anteriores seriam mantidas, mas teriam novos objetivos e metodologia sendo absorvidas e centralizadas por dois novos projetos denominados Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo.

Em 2004, o Esporte e Lazer da Cidade passa do estágio de projeto para se tornar formalmente um programa absorvendo oficialmente os Projetos Esporte Solidário, Esporte Especial e Vida Ativa na Terceira Idade. A metodologia agora envolve atender em um mesmo local denominado de núcleo (podendo ser mais de um por cidade) predeterminado com atividades pluritemáticas e multifuncionais com foco em lazer e esporte a crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência (PPD) e pessoas com necessidades especiais (PNEs).

De fato, o objetivo central desse programa é promover a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer da população em situação de vulnerabilidade social através de espaços pré-existentes, mas mal aproveitados por diversos motivos, sem a necessidade de investimento para construção de áreas novas especificamente para este fim.<sup>12</sup>

Conforme o Relatório de Avaliação do Ministério dos Esportes sobre o plano Plurianual 2004-2007 o caráter de inclusão e democratização dos espaços é inegável conforme se depreende a seguir:

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) decorre da constatação da necessidade de Políticas Públicas que atendam às crescentes demandas da população por esporte recreativo e lazer, frente à expressão da condição de injustiça, exclusão e

---

<sup>11</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União, Brasília, DF, 2003, Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2003/Volume1/V17%20-%20ME.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2012. p 292.

<sup>12</sup> Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008 - ano base 2007. pág 2.

vulnerabilidade social, à qual estão submetidas significativas parcelas da população brasileira. (BRASIL, 2008, pág. 28)

A referência teórico-metodológica dos princípios desse programa tem origem em três fontes distintas<sup>13</sup>. A primeira diz respeito às experiências exitosas de administrações com caráter democrático, popular e participativo. O segundo referencial são os projetos desenvolvidos com entidades e sociedades de cunho social de organização civil nas áreas de atividades esportivas, recreativas e sócio culturais que trazem um vasto repertório de experiência nesse segmento. E por fim, mas não menos importantes, as pesquisas e trabalhos acadêmicos voltados a estudos da relação entre qualidade de vida e os índices de violência, assim como a avaliação de resultados de iniciativas sociais inovadoras.

Atualmente o orçamento destinado ao Programa do Esporte e Lazer da Cidade (1250 - PELC) é dividido nas seguintes áreas<sup>14</sup> que o compõem:

- 2272 – Gestão e administração do programa
- 2426 – Fomento a pesquisas para o desenvolvimento de políticas sociais de esporte recreativo e do lazer (Rede CEDES)
- 2428 – Promoção de eventos científicos e tecnológicos voltados para o desenvolvimento de políticas sociais de esporte recreativo e do lazer
- 2448 – Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (CEDIME)
- 2667 – Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer
- 2C60 – Desenvolvimento de atividades esportivas recreativas e de lazer a pessoas adultas e idosas (Vida Saudável)
- 4641 – Publicidade de utilidade pública
- 5450 – Implantação e modernização de infraestrutura para esporte recreativo e de lazer

---

<sup>13</sup> BRASIL. Ministério do Esporte. Orientações para Implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade Ações: Funcionamento de Núcleos, Vida Saudável e Eventos Interdisciplinares. Brasília, DF, 2008, pág 2.

<sup>14</sup> CESE. Linhas de ação do esporte nacional. Subcomissão Permanente do Esporte – CESE. Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE. 2009. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/CE/documentos/AP20091015\\_EstudoProgramasAcoesMinEsporte.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/CE/documentos/AP20091015_EstudoProgramasAcoesMinEsporte.pdf)> Acesso em: abril. 2012. pág 4.

- 8284 – Desenvolvimento do sistema de gestão compartilhada do esporte e do lazer
- 8473 – Promoção de eventos interdisciplinares do esporte recreativo e do lazer
- 8497 – Concessão do Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer

Dentre essas ações está prevista a execução das políticas de integração do esporte entre diversas esferas públicas e entidades civis como a organização do sistema nacional de documentação e informação esportiva, divulgação de materiais e pesquisas, viabilização de acordos de cooperação e intercâmbio nacional ou internacional, e geração de Redes Cedes com pesquisas de políticas públicas relacionadas ao tema.<sup>15</sup>

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, ciente dessa necessidade, desenvolve ações periódicas de formação para os agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade respeitando as especificidades de cada região e seus anseios, com o embasamento de sete anos de experiência no desenvolvimento e qualificação de agentes. De fato, construir um programa de âmbito nacional voltado à qualidade de vida num país com as dimensões do Brasil, com climas variados, choques culturais, história e meio-ambiente distintos, colonizações com profundas diferenças é uma tarefa complexa e um desafio para os gestores.

### **2.3 Fundamentação Legal sobre o Tema**

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como constituição cidadã, marco histórico na legislação brasileira por seu caráter voltado aos direitos humanos, após um longo período de ditadura e desrespeito aos direitos civis, inseriu conceitos de cidadania, direitos sociais, liberdade política, proteção aos cidadãos para que não sejam presos sem um julgamento prévio e princípios de seguridade social.

---

<sup>15</sup> CESE. Linhas de ação do esporte nacional. Subcomissão Permanente do Esporte – CESE. Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE. 2009. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/CE/documentos/AP20091015\\_EstudoProgramasAcoesMinEsporte.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/CE/documentos/AP20091015_EstudoProgramasAcoesMinEsporte.pdf)> Acesso em: abril. 2012., pág 4.

Dentre as passagens relativas aos deveres do estado para com os cidadãos brasileiros referentes a políticas públicas voltadas a qualidade de vida encontra-se logo em seu art. 6º o reconhecimento do lazer como direito social, nos seguintes termos:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Embora o reconhecimento acima descrito seja de importância significativa sua aplicação é bastante subjetiva. Afinal, esse dispositivo legal leva invariavelmente, para ser aplicado, a seguinte reflexão: o que é o lazer? Sem a resposta a essa pergunta, um administrador pode justificar o acesso ao lazer em sua administração como executado ao construir uma praça pública, entretanto, sem se importar com a possibilidade de crimes, furtos e drogadição em suas imediações.

Nos artigos seguintes, ainda na Constituição Federal, encontram-se descrições mais práticas da aplicação do direito social ao lazer, e do esporte como seu desdobramento, e o seu reconhecimento como forma de promoção social e dever do estado, como segue:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º - O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º - A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social. (BRASIL, 1988)

Complementando o dispositivo legal anterior, no art. 227 da Carta Magna se encontra uma descrição mais elaborada e condizendo com as expectativas do Programa do Esporte e Lazer da Cidade no que tange a crianças e adolescentes. Nesse novo artigo se vê os

responsáveis taxativamente para a garantia do acesso ao lazer, à convivência comunitária e a proteção à violência e a discriminação com absoluto empenho, conforme se vê a seguir:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Na mesma linha de pensamento, o Estatuto da Criança e do Adolescente, criado pela lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, logo em seu princípio, descreve de forma muito similar, quase uma transcrição, ditando que não é apenas da família a responsabilidade no desenvolvimento educacional, cultural e social dos jovens, como se pode ver a seguir:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

Em artigo posterior da mesma lei, se dispõe que o acesso a estes direitos não só deve ser respeitado como também a forma peculiar na qual deve ser colocado em prática pela condição de fragilidade dos jovens. Como se pode ver pelo seu art. 71:

Art. 71. A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. (BRASIL, 1990)

No art. 59 dessa mesma lei, se pode ver como o poder público poderá e deverá incentivar programas como Programa do Esporte e Lazer da Cidade para cumprir os objetivos propostos por esta lei, como assim dispõe:

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude. (BRASIL, 1990)

Embora esse seja um exemplo de políticas públicas com cunho social voltadas a uma parcela fragilizada da população em contraponto as leis de modelo tradicional, o Estatuto da Criança e do Adolescente não é a única base legal que encontra relação com programas de cunho inclusivo e social relacionados ao esporte e lazer.

A lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, foi mais um marco dos direitos humanos no Brasil ao versar sobre a política nacional do idoso além de criar o Conselho Nacional do Idoso. Nessa lei, que também é importante para a descrição do Programa do Esporte e Lazer da Cidade uma vez que este abrange todas as faixas etárias inclusive idosos, se vê em sua finalidade, logo em seus primeiros artigos, a taxativa importância que o estado brasileiro deverá dar as políticas públicas para os idosos, nos seguintes termos:

Art. 1º A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Art. 2º Considera-se idoso, para os efeitos desta lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade. (BRASIL, 1994)

Nos artigos seguintes são discriminadas as formas como a administração pública e a sociedade como um todo deve responder as necessidades de sua população idosa:

Art. 3º A política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei. (BRASIL, 1994)

Logo a seguir, a mesma lei também dispõe que:

Art. 4º Constituem diretrizes da política nacional do idoso:

I - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;

II - participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos; (BRASIL, 1994)

Somando forças, quase 10 anos mais tarde seria criado o Estatuto do Idoso pela lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que logo em seus primeiros artigos também traria destaque para o lazer:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2003)

Na mesma linha de pensamento, a lei federal nº 7.853 de 1989, que dita às normas do chamado Estatuto de Pessoas com Deficiência, aborda o problema da exclusão dos deficientes físicos de forma muito semelhante logo em seus primeiros artigos, como se vê a seguir:

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 1989)

A denominação do programa realizado em Novo Hamburgo é Todas as Faixas Etárias e abrange cidadãos de todas as idades não discriminando jovens e idosos por esse motivo que é possível afirmar que essa política pública é executada cumprindo ambas as leis simultaneamente.

Outra lei, mais recente, que trata sobre o tema é a lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que disserta sobre o Estatuto das Cidades e que destaca a responsabilidade dos gestores em propiciar espaços e estruturas públicos para a população poder usufruir e garantir o direito ao lazer, nos termos que seguem:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; (BRASIL, 2001)

Se forem considerados os gastos com polícia, promotoria e demais servidores necessários do judiciário, penitenciárias e políticas resocializantes, além das perdas materiais, é visivelmente mais prático aplicar os recursos em quadras poliesportivas, teatros, casas de cultura e escolas que agregam valor a comunidade local e somam ao patrimônio público contemplando o que o Estatuto das Cidades almeja.

Para isso é necessário trabalhar o desenvolvimento do senso crítico e do senso de cidadania. Os colaboradores e participantes do programa necessitam compreender seu papel na comunidade de forma crítica, protagonista e atuante para preservar as estruturas e espaços que forem revertidos em favor da comunidade e inculcar valores necessários para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

## **2.4 Organização do Programa de Esporte e Lazer da Cidade**

O funcionamento teórico do Programa de Esporte e Lazer da Cidade é bastante simples e pode ser definido como um projeto para o fomento do esporte e lazer em espaços denominados núcleos. Qualquer Município, Estado, Organizações Não Governamentais

(ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) ou instituição de ensino superior pode apresentar projeto, oferecendo uma contrapartida ao Ministério dos Esportes, com o fim de captar benefícios financeiros a serem aplicados na forma de recursos humanos (agentes sociais e colaboradores), aquisição de material de consumo e permanente, processos de formação e capacitação dos colaboradores, eventos e palestras sobre o esporte e o lazer.<sup>16</sup>

Os princípios objetivos e norteadores da política nacional de esporte e lazer do governo federal são especifica e taxativamente<sup>17</sup>:

- Da reversão do quadro atual de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social;
- Do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do estado;
- Da universalização e inclusão social;
- Da democratização da gestão e da participação.

As diretrizes que conduzem os princípios da política nacional de esporte e lazer do governo federal também são listadas expressamente no manual de orientações para implementação do programa esporte e lazer da cidade<sup>18</sup>, e são eles:

- Auto-organização comunitária;
- Trabalho coletivo;
- Intergeneracionalidade;
- Fomento e difusão da cultura local;
- Respeito à diversidade.

Os objetivos do Programa Esporte e Lazer da Cidade<sup>19</sup>, ainda segundo o mesmo documento, são listados e descritos especificamente da seguinte forma:

---

<sup>16</sup> BRASIL. Ministério do Esporte. Orientações para Implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade Ações: Funcionamento de Núcleos, Vida Saudável e Eventos Interdisciplinares. Brasília, DF, 2008, pág 2.

<sup>17</sup> BRASIL. Ministério do Esporte. Orientações para Implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade Ações: Funcionamento de Núcleos, Vida Saudável e Eventos Interdisciplinares. Brasília, DF, 2008, pág 2.

<sup>18</sup> Ibid., pág 2.

<sup>19</sup> Ibid., pág 2.

- Democratizar o acesso a políticas públicas de esporte e lazer;
- Reconhecer e tratar o esporte e o lazer como direito social;
- Articular ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos de esporte e lazer, de forma a privilegiar a unidade conceitual do programa;
- Difundir a cultura do lazer através do fomento a eventos de lazer construído e realizado de forma participativa com a comunidade;
- Formação permanente aos agentes sociais de esporte e lazer (Professores, estudantes, educadores sociais/comunitários, gestores e demais profissionais de áreas afins envolvidos no programa);
- Fomentar e implementar instrumentos e mecanismos de controle social;
- Aplicar metodologia de avaliação institucional processual às políticas públicas de esporte e lazer;
- Fomentar a ressignificação de espaços esportivos e de lazer que atendam às características das políticas sociais de Esporte e Lazer implementadas e que respeitem a identidade esportiva e cultural local/regional;
- Orientar a estruturação e condução de suas políticas públicas de esporte e lazer nos poderes públicos municipais e estaduais.

Segundo o Manual de Orientação do Programa<sup>20</sup>, a sua execução ocorre em espaços públicos chamados de núcleos. O programa define os núcleos da seguinte forma:

Os Núcleos têm por base experiências de políticas sociais no âmbito do esporte e do lazer desenvolvidas a partir dos anos 80 do século XX por administrações públicas do campo popular. São espaços de convivência social do município, onde as manifestações esportivas e de lazer são planejadas e desenvolvidas. As praças, as quadras, o salão paroquial e o campo de futebol em cada bairro são exemplos de espaços destinados aos Núcleos. Nestes, as manifestações socioculturais, artísticas, intelectuais, físico-esportivas acontecem tendo como princípio a gestão participativa e democrática. (BRASIL, 2008, pág. 4)

Na prática a entidade que propõe a parceria com o Ministério dos Esportes deve organizar convênios e parcerias com entidades (como, por exemplo, pavilhões de igrejas,

---

<sup>20</sup> BRASIL. Ministério do Esporte. Orientações para Implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade Ações: Funcionamento de Núcleos, Vida Saudável e Eventos Interdisciplinares. Brasília, DF, 2008, pág 4.

associações de bairro, centros tradicionalistas gaúchos e associações esportivas) ou disponibilizar espaços sob sua guarda (como, por exemplo, escolas públicas, ginásios e canchas públicas) para sediar as atividades do programa.

Em muitos casos nesses espaços já ocorrem projetos de cunho social ou existem entidades interessadas em promover algum tipo, e atrair público para freqüentar o local. Esses locais devem ser espaços de referência para a comunidade e de fácil acesso, para que o programa alcance suas metas.

Cada núcleo será constituído com sub-núcleos descentralizados que nada mais são do que espaços com potencial para se tornarem núcleos mas que apenas não o são por motivos de organização e como forma de oportunizar uma diversificação maior de atividades em locais próximos.

A meta do programa para cada núcleo é o atendimento efetivo de 400 pessoas devidamente inscritas, beneficiar 4.400 pessoas com eventos de lazer e esporte (a estimativa é de que cada um dos alunos inscritos traga uma pessoa distinta em cada um dos 10 eventos a serem executados durante a duração do convênio) e proporcionar 4 atendimentos semanais a cada aluno inscrito somando um total de 3.200 atendimentos ao mês.<sup>21</sup>

Ainda segundo o referido manual, existe um limite para o número de núcleos que cada cidade poderá ter com base no número de habitantes que possui, da seguinte forma: até 50.000 habitantes poderá contar com 01 (um) núcleo, de 50.001 a 100.000 habitantes prevê o funcionamento de até 02 (dois) núcleos, de 100.001 a 200.000 habitantes poderão ter até 04 (quatro) núcleos, de 200.001 a 300.000 habitantes prevê o funcionamento de até 06 (seis) núcleos, de 300.001 a 400.000 habitantes o programa deverá prever o funcionamento de até 08 (oito) núcleos, de 400.001 a 800.000 habitantes o programa poderá contar com até 10 (dez) núcleos, e nas cidades com mais de 800.001 habitantes o programa poderá contar com até 15 (quinze) núcleos.

No que se refere a órgãos de controle, o programa determina que o coletivo formado pelos núcleos seja gerido por uma entidade com poderes para deliberar denominada de grupo gestor. Esta entidade deverá se reunir regularmente com o propósito de acompanhar, coordenar, fiscalizar e monitorar o desenvolvimento do programa assim como dos processos de avaliação dos agentes sociais.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> BRASIL. Ministério do Esporte. Orientações para Implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade Ações: Funcionamento de Núcleos, Vida Saudável e Eventos Interdisciplinares. Brasília, DF, 2008, pág 4.

<sup>22</sup> Ibid., pág 5.

O grupo gestor deverá ter o formato de um conselho com representantes envolvidos diretamente no programa e representando diferentes segmentos, com a seguinte composição: coordenador-geral do programa, um representante da entidade conveniada (dirigente ou coordenador técnico), um representante de cada entidade parceira cedente dos núcleos, um representante da instância de controle social, um representante dos coordenadores de núcleos, um representante dos bolsistas, e um representante de cada Comunidade atendida.

A entidade conveniada também deverá apresentar no projeto básico (e nos anexos I e XV do Plano de Trabalho) qual instância será fiscalizadora do programa (como, por exemplo, conselho, comitê, associação, entre outras) com todos os documentos que comprovem sua constituição legal (termo de posse da diretoria e membros, periodicidade de suas reuniões e descrição da forma como acompanhará o programa). A entidade de controle social que for apresentada para acompanhar o programa deverá se manifestar no mínimo duas vezes sobre os eventos que estão sendo realizados e pelas atividades dos núcleos, ao longo do programa através de formulário específico.<sup>23</sup>

Ainda segundo o manual do programa, as atividades que serão realizadas com a estrutura do Programa Esporte e Lazer da Cidade dependerão do interesse da comunidade o qual é dever dos agentes sociais fomentar. Estas atividades serão oferecidas na forma de oficinas em horário pré-determinado e poderão ser rotativas ou permanentes de acordo com o nível de requisição pelos participantes e do tempo planejado para a conclusão do propósito da atividade. É incentivado que os alunos sejam compelidos a participar de mais de uma atividade em campos distintos. As oficinas serão realizadas abordando atividades como práticas culturais artísticas (música, teatro, artesanato etc.), brinquedotecas, projetos de incentivo a leituras, projeções e debates de filmes, jogos e brincadeiras, danças (regionais, contemporâneas e clássicas), prática de artes marciais, capoeira, ginásticas e esporte recreativo.

Da mesma forma, os núcleos também devem contar com eventos de lazer que promovam o programa e seus objetivos envolvendo a comunidade com feiras, festivais culturais, desfiles, apresentações artísticas, gincanas, e passeios em colônias de férias, entre outros. Estes eventos também poderão ocorrer em datas de comemoração nacional, regional

---

<sup>23</sup> BRASIL. Ministério do Esporte. Orientações para Implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade Ações: Funcionamento de Núcleos, Vida Saudável e Eventos Interdisciplinares. Brasília, DF, 2008, pág 5.

ou municipal (como em festivais, carnavais, desfiles cívicos, entre outros). Uma oportunidade interessante é usar os eventos como meio de integração entre os alunos de diversos núcleos.<sup>24</sup>

Os agentes sociais são os profissionais colaboradores do programa contratados como contrapartida ou com recursos do convênio para executar as ações e atividades como protagonista ativo.<sup>25</sup>

Segundo o manual do programa, a sugestão que o Ministério dos Esportes disponibiliza é de que os profissionais contratados em contrapartida sejam: coordenador técnico, professor de educação física, e coordenador geral. E também como recomendação, se sugere que estes profissionais sejam ligados ao setor de esporte da entidade conveniada (secretarias, diretorias, coordenadorias, entre outros). O número de profissionais possíveis de serem contratados pelo convênio será de 7 agentes sociais de esporte e lazer por núcleo (1 coordenador de núcleo e 6 bolsistas). Além destes colaboradores, em municípios, como no caso de Novo Hamburgo, com maior número de habitantes e conseqüentemente um maior número de núcleos o programa terá 1 coordenador geral em convênios (para coordenar e integrar os diferentes núcleos) para um conjunto de 2 a 10 núcleos e 2 coordenadores gerais de 11 a 20 núcleos e assim sucessivamente. Todos estes profissionais deverão ter a formação necessária e equivalente na mesma área de atuação das atividades disponibilizadas nos núcleos.

Ainda segundo o documento que orienta o programa, estes colaboradores devem passar por processos de formação com a realização de debates orais, dinâmicas de grupo, exposição de vivências, estudos de caso, visitas monitoradas, exibição de filmes, vídeos e documentos relacionados com o programa. Os processos de formação serão executados em três momentos distintos separados nos seguintes módulos: módulo introdutório de 32 horas (que deve ser organizado para acontecer até o segundo mês de execução do convênio), módulo de aprofundamento e formação de 16 horas (que ocorrerá durante o transcurso do programa e contará com repasse de verba específica para pagamento de consultor que irá realizar palestras e oficinas), e módulo de avaliação com duração de 16 a 32 horas (e que deve ser executado entre os dois últimos meses do convênio).

O primeiro módulo a ser executado no início do programa visa instruir os colaboradores na metodologia e princípios do programa. Também é um espaço para reflexão e

---

<sup>24</sup> BRASIL. Ministério do Esporte. Orientações para Implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade Ações: Funcionamento de Núcleos, Vida Saudável e Eventos Interdisciplinares. Brasília, DF, 2008, pág 14.

<sup>25</sup> Ibid., pág 6.

conscientização dos objetivos a serem alcançados com as diversas ações que deverão ser implementadas. Nesse momento os colaboradores poderão trocar experiências e desenvolver conteúdos para suas aulas.<sup>26</sup>

O módulo de formação continuada consiste numa extensão do primeiro módulo de forma a construir uma evolução da mentalidade e planejamento das aulas progressivas e contínuas. Não apenas temas ligados ao aspecto pedagógico podem ser encontrados aqui, mas também alterações na organização do programa de forma a facilitar o controle ou torná-lo mais efetivo. Também são momentos oportunos para levantar questões que estão interferindo de forma não prevista no desenvolvimento do programa.<sup>27</sup>

No módulo final de avaliação devem ser organizadas, estudadas, elaboradas, aplicadas e apresentadas avaliações do programa, eventos, aulas, e demais atividades.<sup>28</sup>

Quanto ao aporte financeiro para este programa o governo federal disponibiliza na ação de Funcionamento de Núcleo de Esporte e Lazer/ Programa Esporte e Lazer da Cidade recursos para a contratação de agentes sociais de esporte e lazer (na forma e quantidade descrita anteriormente) com a limitação das seguintes remunerações: coordenador geral com remuneração de até R\$ 1.000,00 mensais, coordenador de núcleo com remuneração de até R\$ 900,00 mensais e bolsista com remuneração de até R\$ 450,00 mensais.<sup>29</sup>

Para a aquisição de materiais para o programa também existem recursos, mas estes possuem também suas limitações tanto para a compra de bens de consumo (sendo a referência, 20% do valor solicitado) como para bens permanentes (sendo a referência, 10 % do valor solicitado), desde que não ultrapassem o disposto na Portaria 200/2006 do Ministério dos Esportes. Os materiais adquiridos ou os serviços devem seguir os procedimentos dispostos na lei 8.666/96 e deve ser prestado contas acompanhados de 3 orçamentos com os menores valores praticados no mercado local.<sup>30</sup>

Existem também materiais personalizados com os logotipos do Programa Esporte e Lazer da Cidade que são confeccionados e fornecidos pelo governo através de outros programas chamados Programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania, no qual são

---

<sup>26</sup> BRASIL. Ministério do Esporte. Orientações para Implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade Ações: Funcionamento de Núcleos, Vida Saudável e Eventos Interdisciplinares. Brasília, DF, 2008, pág 9.

<sup>27</sup> Ibid., pág 11.

<sup>28</sup> Ibid., pág 12.

<sup>29</sup> Ibid., pág 19.

<sup>30</sup> Ibid., pág 15.

produzidos estes objetos por detentos. Os materiais fornecidos são: Bolas: 10 bolas de cada uma das modalidades oferecidas (voleibol, basquetebol, handebol, futsal e futebol de campo) para cada 200 alunos, um par de redes de cada modalidade (1 para futebol de campo, futsal e handebol, 1 para basquete e 1 para a modalidade voleibol) para cada 200 alunos envolvidos e uma camisa para cada Participante Inscrito nas oficinas sistemáticas.<sup>31</sup>

Divergências em valores apresentados nos planos de trabalho e projeto básico implicam em responsabilidade da entidade proponente e seus gestores além da suspensão do programa.

---

<sup>31</sup> BRASIL. Ministério do Esporte. Orientações para Implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade Ações: Funcionamento de Núcleos, Vida Saudável e Eventos Interdisciplinares. Brasília, DF, 2008, pág 16.

### **CAPITULO 3 O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE EM NOVO HAMBURGO**

O Programa Esporte e Lazer da Cidade em Novo Hamburgo foi proposto em 2009, tendo como base legal a portaria 127 e o decreto 6.170. A justificativa, um dos requisitos para a liberação da verba, declarada para o Ministério dos Esportes para este programa ser executado em Novo Hamburgo<sup>32</sup> expressava a necessidade de realização de ações de inclusão em algumas áreas menos favorecidas economicamente da cidade onde a população apresentava um quadro de vulnerabilidade social. Acreditava-se que esse programa causaria um impacto positivo nessa situação problema, pois o município já mantém programas similares que possuem impacto positivo muito grande na sociedade, mas que são muito limitados quanto ao número de atendimentos e recursos físicos e humanos.

O município justificou que o impacto também seria positivo para a terceira idade, pois já realizavam uma versão similar do programa denominada Programa Esporte e Lazer da Cidade - Ação Vida Saudável com recursos próprios do município e atendimento de mais de 600 pessoas. Os resultados nessa experiência foram expressivos, pois a adesão ao programa foi grande e pela avaliação aplicada aos integrantes do programa a quase totalidade expressou melhoras mentais e físicas advindas das atividades ali realizadas.<sup>33</sup>

Esse mesmo documento delimita que o projeto original do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Novo Hamburgo tinha o objetivo de atender 2.000 pessoas (500 crianças, 500 adolescentes e jovens, 300 adultos e 700 idosos, estes oriundos do Programa Esporte e Lazer da Cidade - Vida Saudável) moradoras da cidade distribuídas pelo município, além das pessoas envolvidas indiretamente, como familiares e pessoas que convivem com os participantes, durante sua vigência que seria de 22 de dezembro de 2009 até 22 de fevereiro de 2011.

A previsão era de disponibilizar atividades com a utilização de 30 funcionários (24 agentes de mobilização social, 4 coordenadores de núcleo, 1 coordenador pedagógico e 1 coordenador geral) distribuídas em 4 núcleos descentralizados e 18 subnúcleos durante os três turnos ao longo da semana. As atividades disponibilizadas seriam atividades físicas de saúde preventiva (profiláticas), rítmicas, de integração e recreativas, individuais e esportes coletivos.

---

<sup>32</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Plano de Trabalho: Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2009, pág 1.

<sup>33</sup> Ibid. pág 1.

A proposta do programa desenvolvido em Novo Hamburgo engloba todas as faixas etárias o que possibilita disponibilizar atividades variadas que agradem a todos e permite a inclusão nos espaços públicos com segurança do maior número possível de pessoas sejam jovens, adultos, idosos ou pessoas portadoras de deficiências.

O valor global do projeto seria de R\$ 337.740,00 (trezentos e trinta e sete mil setecentos e quarenta reais) a ser integralizado até dezembro de 2009. O Ministério dos Esportes repassou R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) deste montante para ser gasto especificamente da seguinte forma: R\$ 207.360,00 para pagamento de recurso humano, R\$ 7.500,00 para o custeio de eventos, R\$ 75.660,00 para aquisição de material de consumo e R\$ 9.480,00 para a formação. Como contrapartida financeira e em bens e serviços a prefeitura de Novo Hamburgo investiu R\$ 37.740,00 (trinta e sete mil e setecentos e quarenta reais), para serem gastos da seguinte forma: R\$ 4.800,00 para aquisição de material de uso permanente, R\$ 940,00 para custeio de divulgação do programa, R\$ 3.200,00 para formação dos colaboradores e R\$ 28.800,00 para a contratação de coordenador pedagógico.<sup>34</sup>

A cada quatro meses de execução do projeto, a entidade conveniada deve remeter ao Ministério dos Esportes um relatório de execução do programa relatando o andamento das atividades com relação aos requisitos fundamentais do programa e demonstrando a execução das atividades propostas.

No caso de Novo Hamburgo, a prefeitura enviou os três relatórios em tempo hábil contendo fotos, declarações, avaliações, e apontamentos ao programa, entretanto, cada um contou com um conjunto distinto de peculiaridade devido ao momento em que eram confeccionados e ao objetivo proposto. Dentro desses documentos são descritas as formas como o programa atingiu ou não suas metas respeitando seus princípios, diretrizes e objetivos.

No que tange a reversão do quadro atual de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social, um dos princípios do Programa Esporte e Lazer da Cidade, pode-se dizer que o Brasil, por mais que tenha experimentado um notório crescimento em diversas áreas, possui ainda vários problemas sociais que devem ser enfrentados para um crescimento sustentável em direção a uma nação sólida, participativa e democrática sob uma gestão característica do estado necessário.

---

<sup>34</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Plano de Trabalho: Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2009, pág 19.

Um dos grandes problemas atuais é a marginalização de parcelas da população em termos de elementos como espaços físicos e direitos. Santos (2009) é bastante clara quando descreve o fenômeno da exclusão em nossa sociedade:

A exclusão, em sua semântica original, significa o não pertencimento a determinado grupo ou condição. A princípio, a exclusão de alguém de determinado grupo não é necessariamente problemática, dependendo de que grupo se esteja falando. Os estudos desenvolvidos pela Antropologia Social indicam que a construção de identidades sociais – ou seja, o processo de identificação e pertencimento de um indivíduo a um grupo social – se faz por inclusões e exclusões. Grupos religiosos, famílias, tribos, nações etc. usam critérios para classificar os “de fora”, os quais são essenciais para que se possa, também, especificar quem está “dentro”. (SANTOS, 2009. Pág. 23)

Embora nossa Carta Magna garanta como direitos inalienáveis de todo brasileiro a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados a realidade é muito mais complexa. Neste sentido, Santos (2009) ainda complementa seu conceito de exclusão da seguinte forma:

Contudo, quando nos referimos à exclusão no contexto da dinâmica social do mundo capitalista contemporâneo, estamos nos referindo precisamente às barreiras impostas a alguns indivíduos, num determinado país, no seu caminho de acesso a benefícios garantidos pelo Estado, ou mesmo que podem ser adquiridos através do mercado. Estes indivíduos, na prática, não pertencem à comunidade constituída por este Estado-Sociedade-Mercado. (SANTOS, 2009. Pág. 23)

O combate a exclusão social de direitos enquanto ser humano e cidadão em uma sociedade é a primeira das adversidades que o Programa Esporte e Lazer da Cidade busca combater. Ao agregar comunidades em núcleos e incentivar a participação e organização de eventos de esporte e lazer o programa busca gerar um sentimento de identidade ao grupo e com isso um efeito de inclusão. Santos (2009) descreve que do processo de inclusão e auto reconhecimento como grupo social, que por sua vez usufrui efetivamente dos direitos sociais como os demais grupos sociais pertencentes a uma mesma sociedade, advem o conceito de cidadania conforme narra:

É neste contexto que o termo “cidadania” – conceito que foi consagrado por Marshall, em meados do século XX – ganha sentido, expressando o oposto da exclusão. Um indivíduo que desfruta da condição de cidadão é aquele que goza dos direitos consignados pelo Estado, bem como da possibilidade de acesso a uma renda adequada, que lhe permita desfrutar de um padrão de vida comum a seus concidadãos.

Segundo Marshall, a cidadania implica um sentimento de pertencimento e lealdade a uma civilização, que se constitui em patrimônio comum de uma dada coletividade. (SANTOS, 2009. Pág. 24)

Sendo assim, neste quesito o programa executado em Novo Hamburgo cumpre com seu propósito na medida em que fomenta a organização e auto afirmação de grupos sociais, muitas vezes em situação de vulnerabilidade, e implementa uma política pública que viabiliza o acesso a direitos sociais de lazer e esporte e, com isto, a cidadania.

A sociedade brasileira atual presenciou um avanço significativo no status internacional de seu país, acarretando se tornar sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, e num crescimento econômico que elevou a nação ao posto de sexta maior economia do mundo com projeções otimistas para alcançar a quinta posição nos próximos anos, um fato sem precedentes na história do Brasil.

Entretanto, um crescimento econômico e até mesmo uma melhor redistribuição de renda não são necessariamente sinônimos de uma melhora na qualidade de vida da população. De fato, o cidadão brasileiro continua convivendo com muitos de seus antigos problemas sociais apesar das conquistas socioeconômicas recentes.

Em 2011 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>35</sup> desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) reconheceu um crescimento na qualidade de vida dos brasileiros elevando o país, que passou Granadinas do Caribe, para a 84ª posição no ranking, que contem 187 países. O referido índice, que leva em consideração condições de saúde, educação e renda determinando uma nota variável entre zero e um, avaliou que o Brasil passou de 0,715 em 2010 para 0,718 em 2011, o que segundo a classificação o enquadra como país com desenvolvimento humano alto. Já o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) que mescla os dados do IDH com informações ligadas a igualdade de acesso à saúde, educação e renda decreta uma realidade bastante diferente empregando uma nota de 0,519 (27,7% inferior) na 73ª posição

---

<sup>35</sup> ONU. Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011. Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. New York, 2011, 183 p.

entre 134 países avaliados e atrás de Gabão (com nota 0,543), Sri Lanka (com nota 0,691) e Uzbe (com nota 0,549).

Devido, em parte, aos problemas sociais que o Brasil já conheceu envolvendo temas considerados como de maior relevância como saúde, educação, emprego, economia e segurança pública o debate sobre políticas públicas voltadas a qualidade de vida ocupam uma posição secundária. Afinal, quando sobrevivência é uma preocupação mais iminente pouco se deve debater sobre a qualidade em que esta se dará.

Para entender as causas e conseqüências da exclusão e vulnerabilidade social é necessário debater o que significa qualidade de vida. Esse conceito é essencial para compreender como o programa em estudo pode reverter às injustiças sociais. Marcellino (2007) apresenta uma descrição bastante complexa sobre a qualidade de vida e como ela está relacionada com critérios objetivos e subjetivos distintos para a população construindo uma sensação de bem estar.

Sabe-se, atualmente, que a qualidade de vida humana é determinada por condições objetivas e subjetivas (NERI, 2001). Fazem parte das primeiras as competências comportamentais da pessoa, as condições físicas do ambiente, a disponibilidade de serviços de saúde, lazer e educação, o nível de renda, as características de suas redes sociais e o apoio recebido delas, os índices de urbanização e alfabetização da sociedade, dentre outros. As condições subjetivas referem-se a como as pessoas experienciam estas condições, observadas nos seus relatos e opiniões sobre as condições objetivas de que dispõem, sobre o grau de satisfação que elas lhes trazem e sobre seus efeitos no seu bem-estar, em particular, e no de sua coletividade. Assim, bem-estar relaciona-se ao domínio das percepções, das expectativas, dos sentimentos e dos valores, refletindo a avaliação pessoal sobre o conjunto e a dinâmica das relações entre todos os componentes que promovem uma qualidade de vida ótima. (FERREIRA; MARCELLINO, 2007, pág 56)

Ainda assim esses critérios descritos acima, tanto objetivos quanto subjetivos, possuem variáveis e prioridades distintas para distintos grupos sociais. Logo é necessário averiguar que grupos estão abrangidos pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade e que significa qualidade de vida para eles.

Um desses grupos, que possui 17,9 milhões de integrantes no Brasil, são os adolescentes e jovens (na faixa etária entre 15 e 19 anos), que possuem um alto potencial de

participação na vida produtiva, cultural, social e política brasileira<sup>36</sup>. São habitantes com inquietações sociais e que já possuem opiniões políticas e filosóficas formadas para determinados temas mesmo que ainda não votem.

Enquanto os adultos trabalham, e com isto permanecem por um longo período longe do lar, e decidem os rumos da sociedade, os jovens sofrem as repercussões destas decisões muitas vezes distantes das famílias sem poder reagir por instrumentos convencionais de nossa democracia. Por outro lado, demonstram uma acuidade crítica e muita energia acumulada sem uma válvula adequada para usá-la. Esses mesmo jovens também possuem disposição para transformar esse cenário em que vivem assumindo compromissos individuais para questões de âmbito coletivo.

Muitas vezes esses mesmos jovens, quando não tem sua energia canalizada para atividades produtivas e construtivas, acabam envolvidos de forma decisiva com os mais sérios problemas sociais nos quais se tornam autores, cúmplices ou vítimas como, por exemplo: discriminação e *bulling*, evasão escolar, desemprego, despreparo profissional, mortalidade por negligências ao volante, vício e tráfico de drogas, brigas de torcidas, crimes de pedofilia e violência sexual, agressões domésticas e problemas familiares, tráfico de órgãos, trabalho escravo infantil, entre tantos outros.

No que tange a qualidade de vida para a população idosa, outro grupo abrangido pelo programa, cabe destacar Paschoal (2002) para o qual “a longevidade humana aumentada nos dias atuais é uma realidade. Entretanto, ela pode ser vista como uma situação ambígua, pois, se por um lado temos a possibilidade de desfrutar de mais anos de vida, por outro, corremos o risco de viver em meio à incapacidade e dependente de outros, na medida em que o avançar da idade aumenta também a probabilidade de ocorrência de doenças e prejuízos à funcionalidade física, psíquica e social.”

Com isso, as preocupações destes dois grupos distintos consistem em questões complexas que interferem na avaliação de qualidade de vida. Como se pode ver por este texto:

O envelhecimento populacional e o aumento na expectativa de vida trazem conseqüências econômicas e sociais consideráveis que exigem aprovação e desenvolvimento de ações políticas. Enquanto reduz-se a mortalidade por doenças infecto-contagiosas, cresce o número de doenças crônico-degenerativas em conseqüência do aumento da longevidade. As doenças crônico-degenerativas podem

---

<sup>36</sup> UNICEF. Adolescentes e jovens no Brasil: participação social e política, 2007. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/voz2007.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2012. Pág 04.

levar à incapacidade funcional precoce. (BENEDETTI; GONÇALVES; MOTA, 2007, pág. 388)

Entender os anseios de cada grupo social que irá integral o programa é importante para alcançar o bem-estar social e para que as conseqüências da melhora na qualidade de vida das comunidades envolvidas sejam realmente efetivos e duradouros.

No Programa Esporte e Lazer da Cidade aplicado em Novo Hamburgo, para atingir a o princípio programático de reversão do quadro atual de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social são articuladas diversas ações descentralizadas que com a valorização da comunidade e construção de opções para o lazer e esporte buscam uma melhora na qualidade de vida da população abrangida.

Alguns dos exemplos de ações ocorridas na experiência em Novo Hamburgo que são descritas no Primeiro Relatório de Execução são os eventos em micro e macro escala que ultrapassam a esfera pedagógica do programa e envolvem a comunidade, fazendo-a participar e ajudar na sua execução.

O Relançamento do Programa Esporte e Lazer da Cidade 2011<sup>37</sup> ocorrido em 9 de abril de 2011 na Praça do Imigrante (rua Pedro Adams Filho, bairro Centro, em Novo Hamburgo) foi o primeiro macroevento realizado em 2011. Ao envolver todos os núcleos e subnúcleos o evento transcendeu a limitação regional agregando comunidades com realidades distintas enfrentando diretamente o problema da exclusão e cumprindo com o objetivo programático de articular ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos de esporte e lazer, de forma a privilegiar a unidade conceitual do programa.

No evento foram realizadas atividades como: oficina de beleza e saúde (corte de cabelo e penteados), oficina de artesanato (faça sua lembrancinha do relançamento do Programa Esporte e Lazer da Cidade), oficina de teatro (Os Sombras), oficina de recreação (jogos e brincadeiras), oficina de capoeira (roda de capoeira), oficina de ginástica e aeróbica, aula de aeróbica (aulão de aeróbica com todo o público), apresentação de dança (núcleos da 3ª idade e de adolescentes), e cama elástica.

O evento que contou com mais de 700 pessoas e teve como pontos positivos avaliados pelos seus colaboradores: o comprometimento dos organizadores, a satisfação das crianças que vieram de núcleos distantes para participar do evento (Núcleos Amigo da

---

<sup>37</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Relatório do Primeiro Trimestre de Execução Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág 67.

Criança e Centro Social Madre Regina), a integração com grupos de terceira idade, a repercussão após o evento muito positiva que na semana posterior fez com que o programa recebesse um grande número de ligações parabenizando ou se inscrevendo para participar.

Os pontos negativos foram à dificuldade em trazer muitos jovens de alguns núcleos para o evento por desinteresse, que é fruto de uma situação que se visa reverter de exclusão e desapego.

Outro exemplo de evento realizado pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade se viu descrito no Segundo Relatório de Execução em que foi realizada uma Festa Junina no Ginásio Municipal Alberto Mosmann (FENAC)<sup>38</sup> no dia 4 de junho de 2011. Este foi o 3º macroevento do programa e novamente mobilizou todos os núcleos e subnúcleos, contando com as atividades recreativas e culturais como: jogos de argolas, cadeia, chute a gol, pescarias, dança da quadrilha, banca de doces, banca de salgados, banca de bebidas e brechó solidário. O evento que contou com mais de 1.500 pessoas e teve como pontos positivos a organização dos colaboradores, a satisfação do público, a integração com os diversos núcleos e com participantes do Programa Segundo Tempo.

Nesse caso a integração ultrapassou as barreiras entre programas integrando-se com outros jovens de outras realidades o que permite a troca de experiências e conhecimento de novas alternativas para o esporte e o lazer. Outro ponto de destaque foi a realização de um Brechó que arrecadou recursos para a própria comunidade vendendo mais de 1.200 peças de roupas o que é um exemplo do atendimento da diretriz auto-organização comunitária.

Da mesma forma outras atividades permitiram atender ao objetivo programático de difundir a cultura do lazer através do fomento a eventos de lazer construído e realizado de forma participativa com a comunidade, como por exemplo através dos evento Mostra Multicultural e Dia do Lazer.

A cultura que por vezes é negada as comunidades carentes também foi atendida através do 5º macroevento, a Mostra Multicultural<sup>39</sup> do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Este evento foi realizado no Teatro Principal do Centro Municipal de Cultura no dia 14 de setembro de 2011 integrando todos os núcleos e subnúcleos novamente e atendeu a diretriz programática de fomentar a difusão da cultura local. Dessa vez, entretanto, as principais

---

<sup>38</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Segundo Relatório de Execução (8 meses) - Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág. 25.

<sup>39</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Segundo Relatório de Execução (8 meses) - Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág. 30.

atividades foram voltadas a artes e cultura na forma de 16 apresentações de dança que contaram com mais de 100 bailarinas e bailarinos, as 5 esquetes de teatro que contaram com mais de 20 atrizes e atores e as 4 apresentações musicais de violão que contaram com mais de 30 violeiros. Os músicos, atrizes, atores, bailarinas e bailarinos que se apresentaram eram alunos do próprio projeto que tiveram a oportunidade de apresentar seus projetos com equipamentos e produções de qualidade, e que culminou com a presença de mais de 600 pessoas entre alunos e familiares.

O 6º macroevento reuniu mais de 800 pessoas de acordo com o Segundo Relatório de Execução. Denominado de Dia do Lazer<sup>40</sup> este evento foi realizado no Parque Municipal Floresta Imperial do Bairro Rondônia no dia 24 de setembro de 2011 e dessa vez as atividades executadas em local aberto proporcionaram a prática de atividades de lazer como: futebol de goleirinha, voleibol, badminton, recreação, tobogã inflável, piscina de bolinhas, e a cama elástica.

O evento que contou com mais de 800 participantes demonstrou que com iniciativas simples é possível realizar uma atividade organizada, saudável e inclusiva. Pode-se destacar que uma das patrocinadoras do evento foi a Coca-Cola que distribuiu brindes e refrigerantes, e disponibilizou um palco para a apresentação, o que demonstra o interesse de empresas em colaborar com iniciativas sociais como essa.

Essa atividade realizada no Parque Municipal Floresta Imperial também é um exemplo de como o Programa Esporte e Lazer da Cidade cumpre no caso de Novo Hamburgo o seu objetivo de fomentar a ressignificação de espaços esportivos e de lazer que atendam às características das políticas sociais de Esporte e Lazer implementadas e que respeitem a identidade esportiva e cultural local e regional, na medida em que faz uso de uma área pré-existente e aberta à comunidade, mas que não possui atividades de lazer e esporte normalmente. Em comunidades carentes onde espaços abertos como esse existam sem a vigilância e o emprego de políticas públicas adequadas é comum seu uso para drogadição, prostituição e crimes diversos de maior ou menor porte.

O programa também executou atividades específicas para idosos o Baile da Idade de Ouro<sup>41</sup>, 7º macroevento, realizado no Ginásio da Sociedade Ginástica de Novo Hamburgo no

---

<sup>40</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Segundo Relatório de Execução (8 meses) - Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág. 34.

<sup>41</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Segundo Relatório de Execução (8 meses) - Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág. 38.

dia 30 de setembro de 2011. Contando com a participação de 800 pessoas em atividades como: baile com músicas voltadas a faixa etária, escolha do Rei e da Rainha da "Idade de Ouro", show de banda ao vivo, e lanches e bebidas a venda para o público.

Essa oportunidade que agregou alunos idosos de todos os núcleos e até público externo ao programa estendendo atividades para pessoas que de outra forma não teriam acesso a essa oportunidade.

Como parte obrigatória do programa também foram realizados microeventos, descritos no Primeiro<sup>42</sup>, Segundo<sup>43</sup> e no Terceiro<sup>44</sup> Relatório de Execução, abrangendo um público menor e sem a proposta de integração entre núcleos, entretanto permitindo agregar a comunidade vizinha ao programa, como por exemplo: Baile de Carnaval realizada na Sociedade Ginástica Novo Hamburgo no dia 04 de março de 2011 contando com 50 participantes, Confraternização de Reinício das Atividades realizado em dois locais (no Ginásio do Hugo no dia 17 de março de 2011 contando com 45 participantes e no Ginásio do Rincão no dia 16 de março de 2011 contando com 40 participantes), Confraternização de Páscoa realizada também em dois locais (no Ginásio do Rincão no dia 18 de abril de 2011 contando com 35 participantes e no Ginásio do Hugo no dia 19 de abril de 2011 contando com 45 participantes), palestra voltada para a Melhor Idade com a nutricionista Leonice realizada na Associação de Moradores do bairro Boa Saúde e Igreja Católica de Lomba Grande no dia 29 de abril de 2011 contando com 60 participantes, Homenagem ao Dia do Índio realizada na Escola Estadual Antônio Conselheiro no dia 30 de maio de 2011 contando com 100 participantes, e Dia do Desafio realizado em todos os núcleos durante os dias 18 e 25 de maio de 2011 (no qual se estima que com a participação dos familiares, comunidade e com os alunos somaram-se 3 mil participantes), Oficina de capoeira realizada na Escola Estadual Antônio conselheiro no dia 03 de junho de 2011 contando com 15 participantes em que foi realizada uma palestra e rodas de capoeira, Caminhada pelo Bairro realizado no Núcleo Amigo da Criança no dia 9 de junho de 2011 contendo com 70 participantes e como principais atividades orientações de alongamento e a realização de uma caminhada com os

---

<sup>42</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Relatório do Primeiro Trimestre de Execução Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág. 80.

<sup>43</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Segundo Relatório de Execução (8 meses) - Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág. 44.

<sup>44</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Terceiro Relatório de Execução - Cumprimento do Objeto - Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág. 141.

alunos nas proximidades do núcleo, Festival Estadual de Esquetes (Etapa Novo Hamburgo) que foi realizado no Centro Municipal de Cultura em 9 de junho de 2011 com 80 participantes e a apresentação da Esquete Semear, Festa de Integração da Terceira Idade (Aniversários) que foi realizada na Paróquia Santo Antônio (núcleo desativado), Festa de Confraternização (Aniversários) realizado na Associação de Moradores do Bairro Rondônia no dia 14 de julho de 2011 com a participação de 70 pessoas no qual foi realizado um aniversário coletivo com todos os alunos que fizeram aniversário no primeiro semestre, Mini Torneio de Futsal na Escola Salgado Filho em 2 de dezembro de 2011 contado com 40 participantes, Mostra de Dança das oficinas do Programa Esporte e Lazer da Cidade no Centro Municipal de Cultura Dr. Parahim Pinheiro Machado Lustosa e com a presença de 450 participantes.

Todas essas atividades visam ultrapassar os limites físicos do programa, expondo à comunidade o que está ao alcance dela e ao mesmo tempo permitindo sua inserção, participação e colaboração de forma decisiva para o sucesso da iniciativa e não meramente como expectador. De fato, o grupo gestor do programa encaminhou determinações para que as atividades desenvolvidas promovessem uma maior aproximação da comunidade escolar, e de outros programas como o Escola Aberta, o Mais Educação, o Projovem e o Segundo Tempo.

Para combater a exclusão e as injustiças de segmentos marginalizados e vulneráveis da sociedade é necessário ir ao encontro de outro princípio programático do programa em estudo: a universalização e inclusão social.

Quando o debate alcança a esfera de inclusão e exclusão social de parcelas da população em situação de vulnerabilidade também é pertinente falar de políticas de gestão urbana. Esse aspecto é descrito por Pinheiro (2010) e diz respeito aos perigos da desintegração da interação entre os diversos grupos sociais por diferenças econômicas estimulando tensões latentes e quebrando os vínculos de sociabilidade e, por conseqüência, a cidade como um espaço de integração social, assim descrito:

Um aspecto pouco abordado é o fenômeno da segregação espacial urbana que vem mudando a organização social do território das grandes e médias cidades brasileiras e que tem dupla face: em uma, a autosegregação das camadas reconhecidas como as “altas classes médias” que se fecham em suas cidadelas e buscam qualidade de vida e segurança deixando de fora tudo que for perigoso, assustador ou incômodo: os pobres e a cidade real (SOUZA apud FERNANDES, 2004).

Na outra face, a segregação compulsória das camadas de baixa renda (pedreiros, empregados domésticos e demais trabalhadores de pouca qualificação) em territórios

precários, que concentram famílias há várias gerações submetidas às desigualdades, à pobreza e à discriminação. (PINHEIRO, 2010, Pág. 41)

De forma condizente com a proposta do Programa Esporte e Lazer da Cidade Pinheiro (2010) conclui expressando as conseqüências dessa situação:

De forma mais radical, Buarque (apud BASSUL, 2005, p. 23) diz que “o elo entre mundos tão distintos passou a ser a violência”. Nosso modelo de urbanização, esse urbanismo de risco, contribui, portanto, para a perda da coesão social. Enfrentar esses problemas passa pela promoção de políticas públicas que reduzam as desigualdades e estimulem a integração da população no território. (PINHEIRO, 2010, Pág. 42)

Por óbvio o Programa Esporte e Lazer da Cidade não trata de planejamento ou gestão urbana, mas sim de ações que visem a melhora da qualidade de vida dos cidadãos. Entretanto, os objetivos desse programa e as políticas públicas de enfrentamento de problemas estruturais urbanos convergem uma vez que homogêneos em seu propósito e conteúdo.

Sennett (2001) oferece uma descrição cada vez mais atual para o comportamento das massas nos centros urbanos graças a tendências, modas e costumes em prática na atualidade:

A falta de contato entre as pessoas se evidencia pela dispersão geográfica das cidades contemporâneas, aliadas às modernas tecnologias para entorpecer o corpo humano. Esta situação levou alguns críticos da nossa cultura a consignarem uma divisão profunda entre o presente e o passado. [...] As massas de corpos que antes aglomeravam-se nos centros urbanos hoje estão dispersas, reunindo-se em pólos comerciais, mais preocupadas consumir do que com qualquer outro propósito mais complexo, político ou comunitário. (SENNETT, 2001, pág. 17)

Nesta mesma linha de pensamento, Marcellino (2007) destaca a importância da ocupação dos espaços urbanos:

Nos planos de desenvolvimento urbanos, a ocupação dos espaços, das áreas verdes e a viabilização de todo e qualquer equipamento de lazer são aspectos que devem merecer a maior atenção, respeitando o desejo, a cultura local e as necessidades da comunidade. Do contrário, seria quebrar a paisagem urbana e até mesmo a harmonia da vida em comum. (FERREIRA; MARCELLINO, 2007, pág. 30)

Macedo (1973) descreve a humanização que o uso dos espaços trás quando são direcionadas atividades com foco no desenvolvimento do bem-estar social:

Ver um espaço aberto e senti-lo como um ser vivo [...]. E quando dizemos que ele também tem um espírito que se transmite de geração em geração, tomando de cada uma vivências preciosas para transmiti-las ao futuro, estamos identificando homem e espaço numa só missão cultural e histórica. Aos poucos todos vão percebendo que a história do espaço repete a história do homem, ou reflete, ou acentua, ou a amplia. Como a caixa do violino o faz com o som produzido nas cordas. E a caixa dos atabaques com o som percutido na pele que a reveste. (MACEDO, 1973, pág 143)

As mudanças comportamentais em nossa sociedade agravadas por décadas de políticas públicas urbanas ineficientes para fomentar o desenvolvimento humano criam conseqüências desastrosas como violência, racismo, marginalização, discriminação e drogadição. Consciente do problema, o Programa Esporte e Lazer da Cidade busca justamente o uso e valorização de espaços públicos pré-existentes através do fomento e execução de atividades saudáveis e construtivas para uma melhora da qualidade de vida da população local.

Na experiência de Novo Hamburgo estas práticas se viram amplamente em execução nos diversos núcleos da cidade, como se pode ver pelos diversos eventos e a participação ativa dos colaboradores (alunos e agentes) do programa em sua realização. Alguns desses eventos contaram com a presença de centenas de pessoas em atividades dos mais variados tipos<sup>45</sup> e nos mais amplos espaços possíveis.

Num contexto de realizações de atividades com formas tão amplas, dois questionamentos pertinentes são impossíveis de serem ignorados: por que o Programa de Esporte e Lazer da Cidade não apresenta uma estrutura pedagógica e metodológica mais rígida e por que não contem propostas de construção de espaços públicos aptos a execução do esporte e do lazer?

A resposta para ambos os questionamentos diz respeito a que o programa busca conscientizar a comunidade das qualidades e limitações de seus espaços. Um dos pressupostos para a execução do programa é de que este reconhece a existência de espaços aptos a prática de esporte e lazer, e muitas outras de atividades, na cidade onde será empregado. O conjunto

---

<sup>45</sup> Como já visto em capítulo anterior, foram destacadas atividades de dança, música, teatro, esporte, lazer, artesanato e exercício de perícias.

de atividades a serem implementadas visa valorizar os espaços pré-existentes dando subsídios e incentivo para que sejam usados para fins novos, antes ocultos pela ignorância de novas práticas. Tal pensamento novamente encontra respaldo dentre os objetivos do programa que, entre outros pontos, determinam expressamente a ressignificação de espaços esportivos e de lazer que atendam às características das políticas sociais de esporte e lazer implementadas e que respeitem a identidade esportiva e cultural local.

Ao reconhecer que a cidade já dispõe de estruturas aptas para o esporte e o lazer e dispensar, num primeiro momento, novos investimentos em espaços o programa incentiva a auto valorização da comunidade.

No exemplo prático de Novo Hamburgo os participantes foram valorizados e levados a questionar as limitações dos espaços a disposição dos cidadãos ao mesmo tempo em que também foram conduzidos a se questionar sobre seu valor e capacidades de auto organização, de auto afirmação e de realização.

No Núcleo Ginásio Municipal Agostinho Cavasotto, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, ocorreu uma situação narrada no 3º relatório de execução do programa<sup>46</sup> que exemplifica a eficiência dessa filosofia. Em um determinado momento as alunas reclamaram das condições em que se encontrava o piso do núcleo em que as madeiras do piso estavam descoladas e saltavam quando as atividades eram ali realizadas. A consequência da observação e crítica das alunas foi a reforma da estrutura comprometida.

Um impasse importante causa uma reflexão sobre o paradoxo entre as limitações orçamentárias e até que ponto se objetiva alcançar as metas do programa.

Em 2010 a prefeitura, embora já conveniada, começou a execução do programa com recursos próprios, pois os recursos do governo federal tardaram a ser transferidos. Apenas em abril de 2010 os repasses financeiros chegaram, mas o Município de Novo Hamburgo optou por permanecer custeando, com seus próprios fundos, o programa até o final do ano de 2010 para que em 2011 aplicasse integralmente e exclusivamente os recursos obtidos.

Essa decisão estratégica criou uma dificuldade inesperada. Como a prefeitura iniciou o programa com recursos próprios, ela não necessitava obedecer requisitos do Ministério dos Esportes e assim conseguiu executar o programa imediatamente. Ao atender aos apelos e mobilizações de comunidades que se organizaram requisitando o programa, e como a decisão seria unicamente da prefeitura, foram abertos muitos núcleos e subnúcleos.

---

<sup>46</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Terceiro Relatório de Execução - Cumprimento do Objeto - Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág. 31.

Quando os recursos do governo federal começaram a ser empregados em 2011, certas adaptações tiveram que ser feitas ao programa. Alguns locais de atendimento tiveram de ser fechados por uma limitação técnica imposta pelo Ministério dos Esportes, o que gerou algum descontentamento e desestímulo por parte dessas comunidades que não dispõem de recursos para transporte a locais mais distantes. Lembrando que a justificativa deste projeto determina que justamente esse tipo de comunidade, por sua carência ao acesso a outras formas de lazer, é que deve ser atendida.

Outro fator que trás dificuldades aos alunos para o deslocamento a núcleos distantes é o transporte público que não é muito eficiente e organizado o que acarreta que alunos tenham que fazer uso de mais do que um ônibus (por vezes até três) para chegar a um determinado local (não muito distante).<sup>47</sup>

Um paradoxo entre a proposta ideológica do Programa Esporte e Lazer da Cidade e os objetivos atingidos com a prática do programa pode ser detectado aqui. Como o programa prima pelos princípios de democratizar e universalizar suas práticas, a imposição por omissão de barreiras físicas (como distância territorial) entre as comunidades carentes abrangidas pelo programa e os núcleos onde serão efetivamente ofertadas as ações de inclusão (núcleos e subnúcleos) sem oferecer um meio de transporte público gratuito não é promover estes princípios. Parte da comunidade carente de Novo Hamburgo se vê discriminada e excluída aqui, tácita ou expressamente, pois não conseguirá ter acesso aos benefícios do programa enquanto outra parte fará uso deles.

De fato, se por omissão permitimos que o acesso aos benefícios do programa seja restringido por questões econômicas não há como se dizer que este busca desmarginalizar cidadãos em situação de fragilidade e exclusão social. Caberia aqui um estudo social e econômico das regiões mais carentes para uma argumentação científica com dados e custos ao Ministério dos Esportes para viabilizar a manutenção de um maior número de núcleos ou de verbas adicionais para o transporte gratuito até os núcleos, ou uma suplementação ao orçamento por repasse municipal ao programa para permitir a manutenção dos demais núcleos.

O relatório inicial do programa é bastante claro ao exemplificar esta situação mencionando o fato nos seguintes termos:

---

<sup>47</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Relatório do Primeiro Trimestre de Execução Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág 6.

Nos objetivos gerais do programa, orientado pelo Ministério do Esporte e utilizado em nossos materiais de divulgação, os termos democratizar e universalizar fazem com que a comunidade entenda que disponibilizar atividades com barreiras físicas (grandes distâncias a serem percorridas sem a disponibilização de ônibus gratuitos) não é estar promovendo uma democratização ou a universalização, pois apenas os alunos da comunidade ao redor desse núcleo estão sendo realmente beneficiados, aos outros, o custo de passagem chegaria a corresponder a uma mensalidade em uma instituição paga, como academias ou clubes (R\$ 2,30 valor da passagem X 12 três vezes na semana X2 ida e volta = R\$ 55,20). (MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, 2011, pag. 6)

Outro motivo interessante não previsto no planejamento inicial do programa e que argumenta em favor da manutenção de mais núcleos é o fato de que muitas pessoas concentradas em um mesmo local geram custos muito elevados de luz, água, manutenção e limpeza para uma entidade parceira que venha a ceder algum espaço físico. Embora a faxina geral seja feita pelos colaboradores e alunos, e o material de limpeza seja fornecido pela prefeitura, a sua utilização e manutenção é realizada por responsáveis pelo local. Mesmo que em muitos núcleos, apresentados no primeiro relatório, existam poucos alunos, este pequeno contingente demanda pouco esforço para limpeza e organização do local e que consegue ser bem distribuído entre os responsáveis, enquanto que muitas pessoas dificultam o mesmo processo.<sup>48</sup>

Quanto a democratização da gestão e da participação, um dos princípios do programa, cabe destacar que a auto conscientização das limitações e das qualidades de um determinado grupo social, característica de um cidadãos bem informados, é essencial para a democracia. Conforme descreve Salles (2010) “a informação é que qualifica as pessoas para suas escolhas, e não apenas as eleitorais”. Da mesma forma também destaca que:

Como dissemos no início deste livro-texto, o Brasil tem uma vasta experiência política autoritária. Para justificá-la, uma das alegações sempre foi a incapacidade (em linguagem jurídica, hipossuficiência) do povo brasileiro. Sem cultura, ignorante, despreparado, o povo precisaria andar com “rédeas curtas” sob o olhar vigilante de seus guias. O pensamento do alemão Bertold Brecht (1898-1956) retrata bem essa incapacidade. Nessa mesma linha de raciocínio, foi criada a ideia do “salvador da

---

<sup>48</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Relatório do Primeiro Trimestre de Execução Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág 5.

pátria”, do líder clarividente que viria trazer as soluções para esse povo subdesenvolvido. (SALLES, 2010, pág. 32)

Salles (2010) expressa com bastante clareza a importância de mudar este paradigma e tornar o cidadão brasileiro consciente de seu poder e implementar as mudanças necessárias:

“A desqualificação da Política tem o efeito de estimular as pessoas a voltarem as costas para a esfera pública, desinteressando-as dos temas da cidade, o que facilita enormemente a atuação dos políticos que costumam se locupletar da coisa pública. (SALLES, 2010, pág. 32)

No que tange a gestão do programa, para aumentar a transparência e participação na gestão do programa foi formado o grupo gestor, como requisito ao programa, de fomentar e implementar instrumentos e mecanismos de controle social. Embora tenha tido ao longo do programa uma atuação secundária, em parte pela entidade ter dificuldade em reunir todos os representantes das instâncias que deveriam participar do processo, o órgão foi responsável por encaminhamentos significativos.

Os principais encaminhamentos desta equipe neste período foram no sentido de que os eventos sejam ampliados de forma a englobar toda a comunidade vizinha ao núcleo, à comunidade escolar, e de outros projetos do município como o Escola Aberta, o Mais Educação, o Projovem e o 2º Tempo.

Por outro lado a entidade de controle social do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Novo Hamburgo, o Conselho Municipal de Desporto, teve pouca participação se limitando a emitir avaliações anexadas aos relatórios de execução do programa, sem maiores repercussões.

Os principais fomentadores da participação e democratização da gestão do programa foram os próprios professores e agentes sociais do programa uma vez que intermediavam a execução de micro e macro eventos com as comunidades e traziam ao debate questões relevantes.

Quanto ao objetivo do programa em desenvolver a formação permanente aos agentes sociais de esporte e lazer (professores, estudantes, educadores sociais e comunitários, gestores e demais profissionais de áreas afins envolvidos no programa), cabe dizer que todos os passos foram concluídos conforme as orientações do programa.

As formações inicial<sup>49</sup> foi realizada e teve como objetivos específicos apresentar as diretrizes e princípios do Programa Esporte e Lazer da Cidade, introduzir conhecimentos mínimos sobre os aspectos culturais que envolvem a base do programa, abordar o esporte e o lazer como direitos sociais, debater e identificar causas e formas da exclusão e discriminação e encontrar formas de combatê-las, discutir o papel do agente social no programa, debater sobre o planejamento participativo (realidade local, ação educativa e participação). Todos estes pontos foram cumpridos no devido cronograma e as metas desta ação conseguiram abordar todas as temáticas planejadas.

A formação teve um tom realista, e foi realizada com uma avaliação informal que conseguiu incutir um sentimento de responsabilidade dos colaboradores para com o programa e as comunidades a serem afetadas por eles.

Foi confeccionada uma apostila encadernada contendo todos os materiais do programa como: disposição geral, fichas de inscrição, *anamnese*<sup>50</sup>, modelo de plano emergencial, passos de planejamento de aula e materiais já enviados previamente aos formadores. Após o evento estas apostilas foram fornecidas aos colaboradores.

Da mesma forma, a formação continuada<sup>51</sup> ocorre de forma efetiva e comprometida através de encontros coletivos ou atendimentos individuais para os colaboradores do programa. Estes momentos são usados para troca de informações sobre alunos e técnicas pedagógicas não se limitando para avisos administrativos, o que permite uma construção rica de conteúdos para os alunos e de soluções colaborativas.

Essas reuniões dos professores e coordenadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Novo Hamburgo ocorrem todas as sextas-feiras das 13:00 as 18:00 na sede do programa na Casa da Cidadania na rua David Canabarro, 20, bairro Centro, na cidade de Novo Hamburgo, CEP 93510-020. São organizadas pela coordenação temática (coordenadores de núcleo) em conjunto com o coordenador geral com assuntos a serem debatidos que variam desde dinâmicas pesquisadas, trocas de vivências nos diversos locais de trabalho, e pautas trazidas pelos próprios alunos ou agentes sociais. Além das atividades físicas, artesanatos e oficinas de diversas atividades estes espaços também são utilizados para a organização dos eventos.

---

<sup>49</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Relatório do Primeiro Trimestre de Execução Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág. 24.

<sup>50</sup> Amamnese (do grego ana, trazer de novo e mnesis, memória) é uma entrevista realizada pelo profissional de saúde ao seu paciente, que tem a intenção de ser um ponto inicial no diagnóstico de uma doença.

<sup>51</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Relatório do Primeiro Trimestre de Execução Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág. 33.

Todos os professores do Programa Esporte e Lazer da Cidade recebem, quando entram no programa, pastas contendo materiais necessários para a organização do processo pedagógico como chamadas, fichas de relatórios, fichas de inscrição e controle de pedagógico. Nas fichas de inscrição os profissionais do programa devem efetuar os cadastros dos alunos com o máximo de informação que conseguirem para identificar o público que é atendido pelo programa. São perguntados dados como: nome, RG, CPF, endereço, data de nascimento, idade, telefone, escola em que estuda, contato para o caso de emergência, altura, peso, problemas de saúde, alimentação, frequência com que pratica esportes, se realiza alguma atividade de lazer ou cultura, como se sente emocionalmente, como se sente fisicamente, estado civil, se possui filhos, número de pessoas residentes em sua casa, renda pessoal, renda familiar, situação profissional, escolaridade, entre outros dados.<sup>52</sup>

Ainda segundo a descrição do relatório, existe a previsão de supervisões para confecção de relatórios com registro de observações para futuras intervenções e orientação para suporte aos professores nos processos de formação. Tudo isto, com o intuito de confrontar os saberes teóricos com a realidade prática para aprimoramento das ações, o que é um dos objetivos do programa que requer a aplicação de metodologia de avaliação institucional processual às políticas públicas de esporte e lazer.

Nos processos de formação contínua os professores apresentam seus relatórios e planejamentos, estes são avaliados e colocados em prática. De acordo com o planejamento são oferecidos diversos subsídios como materiais para a preparação das aulas, eventos e oficinas e conteúdos para leitura para composição do plano pedagógico das aulas.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade também tem interagido nas reuniões das redes de assistência do bairro Canudos e Santo Afonso (os dois maiores bairros da cidade) em que são abordados assuntos relacionados à qualidade de vida dessas comunidades em aspectos como saúde, educação e esporte (interferindo com mais ênfase neste último onde capta diversos alunos e realiza encaminhamentos e colaborações importantes). Contemplando o objetivo programático de orientar a estruturação e condução das políticas públicas de esporte e lazer nos poderes públicos municipais e estaduais, intervindo positivamente na comunidade mesmo que de forma externa ao programa.

---

<sup>52</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Relatório do Primeiro Trimestre de Execução Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág. 34.

## CONCLUSÃO

No que tange aos resultados práticos do programa, a aprovação dos participantes existentes demonstram uma frequência bastante grande dos alunos, assim como uma aprovação de seus núcleos e atividades.

Nenhum núcleo nas avaliações constantes no terceiro relatório teve menos que 50% dos alunos declarando achar ótimas as estruturas que freqüentavam nos núcleos.

A diversidade de atividades também despertou o interesse por opções de difícil acesso na realidade destes alunos. Ao revisar o percentual de aprovação dos alunos para as atividades realizadas, as que foram preferidas pelos alunos não foram às esportivas, mas sim as culturais e artísticas.

Ao longo de um ano de atividade o Programa Esporte e lazer da Cidade de Novo Hamburgo, mesmo tendo de fechar alguns núcleos e diminuir suas opções de atendimento, encerrou o ano com um número bastante grande de atendimentos. Pelos Segundo relatório foram 2.588 alunos, sendo 967 crianças (até 14 anos), 318 jovens (de 15 a 24 anos), 50 pessoas com deficiências e 704 idosos.<sup>53</sup>

Sob o último relatório constam dados ainda maiores:

Passaram pelos atendimentos do PELC, constando em chamada, em torno de 6.500 alunos e estima-se que, acrescentando os visitantes e pessoas que não chegaram a criar vínculo formal, chega-se em 10.000 o número de atendidos. Atualmente o PELC atende a 2.621 pessoas. Trimestralmente, conforme as chamadas eram somadas o número de atendimentos realizados durante o mês (o número de presenças de todos os alunos). Até o mês de outubro (as chamadas dos três últimos meses não foram fechadas ainda) contabilizamos o total de 70.336 atendimentos. Em geral, as aulas esportivas e de atividades físicas eram ofertadas para os alunos de duas a três vezes por semana e as culturais em torno de uma a duas vezes, conforme o interesse de cada turma e a disponibilidade da oficina. (MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, 2011, pág 68)

Entretanto a grande dificuldade para se mensurar o real impacto que esta política pública gera se deve a informalidade de seus conteúdos pedagógicos e informalidade nas avaliações e registro de situações problema resolvidas. Para os

---

<sup>53</sup> MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, Segundo Relatório de Execução (8 meses) - Programa Esporte e Lazer da Cidade. Novo Hamburgo, 2011, pág 8.

colaboradores e alunos os benefícios do programa parecem ser evidentes e embora careçam de uma análise científica profunda impossível de ser realizada com os dados disponíveis para averiguar, por exemplo, até que ponto o esporte e o lazer efetivamente estão influenciando jovens carentes a optarem por atividades recreativas seguras em vez da criminalidade, ou então quais foram as melhorias físicas em termos de saúde para os idosos participantes do programa.

Não existem relatórios ou pesquisas efetivadas por secretarias de saúde ou de segurança nos municípios onde o Programa Esporte e Lazer da Cidade é executado sobre seus impactos secundários no modo de vida das pessoas abrangidas por ele.

Os benefícios arrecadados pelo programa são estimáveis, mas não palpáveis, embora também sejam visíveis no caso das turmas em aula e eventos realizados.

Como avaliação final os comentários que fecham o relatório descrevem muito bem o espírito das realizações do programa e a forma como já melhorou a qualidade de vida para melhor de alguns de seus alunos:

Os maiores resultados percebidos nas crianças e adolescentes, alunos do PELC, foram em relação ao respeito com o próximo, maior tolerância, mais desenvoltura, reversão da agressividade e comprometimento escolar. Também sabemos que o fato de estarmos oportunizando aos jovens as oficinas, favoreceu para que muitos deixassem as ruas e atividades inapropriadas para realizar uma atividade lúdica e de lazer.

Já em relação aos adultos e a pessoas acima de 45 anos, os resultados mantiveram-se em relação à qualidade de vida. Muitos relataram que eram depressivos e poucos saíam de casa, e a convivência com outras pessoas favoreceu para que revertesse esse quadro. Também podemos constatar através de entrevistas que, principalmente pessoas idosas, diminuíram a ida ao posto de saúde e a quantidade de medicação controlada. Algumas alunas relataram que não estavam bem com seu corpo e que conseguiram emagrecer e realizar movimentos que antes eram limitados.

Dessa forma, conseguimos, através do PELC, fazer com que a comunidade de Novo Hamburgo reconhecesse o esporte e lazer como um direito e passasse a manifestar esse desejo, reivindicando políticas públicas que garantam a permanência desses atendimentos. (MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, 2011, pág 68)

As conclusões deste trabalho convergem para o entendimento de que o Programa Esporte e Lazer da Cidade executado em Novo Hamburgo apresenta uma ótima organização para um programa com um caráter claramente discricionário.

Em um município com proporções, contrastes, mudanças, crises e oportunidades como as que se pode ver em Novo Hamburgo a execução do Programa Esporte e Lazer da Cidade se torna difícil.

Em muitos momentos o desejo efetivo de melhorar a qualidade de vida de comunidade sem acesso adequado ao lazer foi maior do que a burocracia característica do Brasil podia conter. Muitos professores e colaboradores abandonaram o programa por problemas financeiros agravados pelos baixos valores das remunerações apresentadas. Mas mesmo assim o atendimento não foi prejudicado sendo que outros agentes cobriram essas ausências.

É difícil estimar se algum dos jovens que participa hoje do programa em algum momento se negou em alguma oportunidade a usar drogas ou a cometer pequenos furtos, pois não há como descobrir os que ele estaria fazendo se não estivesse dentro do núcleo naquele momento de ócio. Da mesma forma é difícil estimar quantos idosos puderam ter suas vidas salvas por aulas de primeiros socorros e exercícios diários. Entretanto os relatos orais de situações similares a essa são muito comuns. Inclusive um dos primeiros relatos que tive sobre o programa foi justamente durante as pesquisas dentro da prefeitura de Novo Hamburgo em que uma ex-agente do programa fez o relato de uma idosa que conseguiu evitar a morte após um infarto graças as aulas de primeiros socorros que aprendeu e que lhe renderam minutos preciosos até a chegada da ambulância.

A satisfação, comprovada pelas avaliações, e que faz com que pessoas venham até os núcleos e retornem num total de 70.336 vezes em busca de atividades de esporte e lazer em todas as faixas etárias (sendo que inclusive os idosos são o segundo maior grupo a frequentar as aulas) comprova a satisfação dos alunos.

Como toda ação conduz a um bem, a presença dessas pessoas e sua frequência assídua junto ao programa comprovam que este é uma opção com a qual estas pessoas reconhecem uma melhora do bem estar e nas suas vidas. Por uma avaliação lógica se o ato de permanecer em casa representasse uma opção melhor para a qualidade de vida deste público, e não o é, o Programa Esporte e Lazer da Cidade comprovadamente não teria cumprido seu papel principal.

Embora a participação por si só de um público significativo e a frequência dos alunos evidencie a aceitação e sucesso do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Novo Hamburgo o mesmo carece de instrumentos para avaliação de seu impacto nas regiões onde atua. Não existem processos adequados para identificar até que ponto existe uma reversão sólida e

objetiva de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social a que a população usuária do programa esteja submetida.

Nesse contexto, uma pergunta interessante e determinante cria força para descobrir se efetivamente a experiência de Novo Hamburgo reverte injustiças e exclusão de forma permanente nas comunidades onde foi executada da forma como se propõe conceitualmente: se o programa for encerrado as atividades continuarão a existir através da iniciativa das próprias comunidades?

Se o quadro social das comunidades onde o programa foi executado, após o seu encerramento, voltar a ser o mesmo, então a diretriz de auto-organização comunitária e o princípio de universalização e inclusão social não foram de fato atingidos, pois não terão um caráter duradouro, mas sim momentâneo e com efeitos de curto prazo.

Com este trabalho se conclui que embora todas as diretrizes, objetivos e princípios estejam sendo respeitados formalmente de uma forma ou de outra o processo de combate a exclusão, injustiça e vulnerabilidade social será necessário um trabalho contínuo a longo prazo para que seus efeitos sejam verdadeiramente duradouros. A execução dessa política pública de esporte e lazer viabilizou com uma metodologia engenhosa proporcionar uma oportunidade a uma parcela da população, que esta sendo aproveitada. Entretanto não existem elementos que efetivamente possam concluir que os objetivos alcançados irão perdurar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.

BENEDETTI, Tânia Rosane Bertoldo; GONÇALVES, Lúcia Hisako Takase; MOTA, Jorge Augusto Pinto da Silva. **Uma Proposta Pública de Atividade Física para Idosos**. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis. jul-set 2007; 387-98.

BRASIL. **Conselho Nacional do Idoso** – Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994. Brasília: Congresso Nacional, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Controladoria-Geral da União, Brasília, DF, Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2003/Volume1/V17%20-%20ME.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

BRASIL. **Estatuto da Cidade** – Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Brasília: Congresso Nacional, 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília: Congresso Nacional, 1990.

BRASIL. **Estatuto de Pessoas com Deficiência** – Lei nº 7.853 de 1989. Brasília: Congresso Nacional, 1989.

BRASIL. **Estatuto do Idoso** – Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. Brasília: Congresso Nacional, 2003.

BRASIL. **I Conferência Nacional de Esporte – Documento Final**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004.

BRASIL. **II Conferência Nacional de Esporte**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2006.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Orientações para Implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade Ações: Funcionamento de Núcleos, Vida Saudável e Eventos Interdisciplinares**. Brasília, DF, 2008, p 19.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008 - ano base 2007**. Brasília: MP, 2008. 83p.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008 - ano base 2007**. Brasília: MP, 2008. 83p.

BRASIL. **Suplemento de Esporte e Lazer - Pesquisa Perfil dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Governo Federal, IBGE, 2006.

CARLOS, Ana Fania A. **A Cidade**, 2ª edição Edit. Contexto São Paulo 1994.

CESE. **Linhas de ação do esporte nacional**. Subcomissão Permanente do Esporte – CESE. Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE. 2009. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/CE/documentos/AP20091015\\_EstudoProgramasAcoesMinEsporte.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/CE/documentos/AP20091015_EstudoProgramasAcoesMinEsporte.pdf)> Acesso em: abril. 2012.

ELIAS, Norbert; SCHROTER, Michel (Org). **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida; MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Brincar, jogar, viver: programa esporte e lazer da cidade**. Brasília: Ministério do Esporte, 2007. 2 v. 363 p.

FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida; MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Brincar, jogar, viver: programa esporte e lazer da cidade**. Brasília: Ministério do Esporte, 2007. 1 v. 244 p.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

IBGE. **Cidades@**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF, 2010, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=431340>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

LEFEBRE, Henry. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LOPES, Jéferson C. **Educação para a convivência e a cooperação**. In: Conexões. V.3, n.1, p. 16-25, 2005.

LUCHIARI, Maria Tereza. **A categoria espaço na teoria social**. Revista Temáticas, Campinas, jan./jun. p. 191-238, 1996.

MACEDO, F. R. **Porto Alegre história e vida da cidade**. Porto Alegre: UFRGS. 1973.

MARCASSA, Luciana. **A invenção do Lazer: Educação, Cultura e Tempo Livre na cidade de São Paulo (1888-1935)**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2002.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática de liberdade**. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

MASCARENHAS, Fernando. **Outro Lazer é possível! Desafio para o Esporte e Lazer da cidade**. In: CASTELLANI FILHO, Lino (Org). **Gestão Pública e Política de Lazer: A Formação de Agentes Sociais**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

MENEZES, Magali M. **As relações humanas em um contexto pós-moderno**. Inédito. 2007.

MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, **Plano de Trabalho: Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Novo Hamburgo, 2009, 20 p.

MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, **Projeto Básico: Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Novo Hamburgo, 2009, 5 p.

MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, **Relatório do Primeiro Trimestre de Execução Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Novo Hamburgo, 2011, 96 p.

MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, **Segundo Relatório de Execução (8 meses) - Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Novo Hamburgo, 2011, 66 p.

MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO. **Site da prefeitura de Novo Hamburgo**. Novo Hamburgo, RS, Disponível em: <<http://www.novohamburgo.rs.gov.br/modules/catasg/novohamburgo.php?conteudo=70>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, **Terceiro Relatório de Execução - Cumprimento do Objeto - Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Novo Hamburgo, 2011, 167 p.

NERI, A. L. (Org.) **Qualidade de vida e idade madura**. Campinas, Papirus, 1993.

NORONHA, Eduardo Garutti, TURCHI, Lenita Maria. **Cooperação e Conflito: estudo de caso do complexo coureiro-calçadista no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, v 861, 2002. 44 p.

ONU. **Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011**. Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. New York, 2011, 183 p.

ONU. **World population prospects the 2004**. New York (NY/USA): ONU, 2005, Disponível em: <[http://www.un.org/esa/population/publications/WPP2004/2004Highlights\\_final\\_revised.pdf](http://www.un.org/esa/population/publications/WPP2004/2004Highlights_final_revised.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2012.

PASCHOAL, Sérgio Márcio Pacheco. **Qualidade de Vida na Velhice**. In: Freitas EV, Py L, Neri AL, Cançado FAX, Gorzoni ML, Rocha SM, editores. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A.; 2002. p.79-84.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Plano diretor e gestão urbana**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2010. 130p.

SALLES, Helena da Motta. **Gestão democrática e participativa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 110p.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 144p.

SENNETT , Richard. Carne e pedra - **O corpo e a cidade na civilização ocidental**. 2ª ed.- Rio de Janeiro: Record, 2001, 17 p.

UNICEF. **Adolescentes e jovens no Brasil: participação social e política**, 2007. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/voz2007.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

VIEIRA, Larissa Haddad Souza. **Estudos sobre a gestão do programa esporte e lazer da cidade**. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011. 188 p.

VILARTA, Roberto. **Qualidade de vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física**. Campinas, SP: IPES Editorial, 2004, 156 p.

